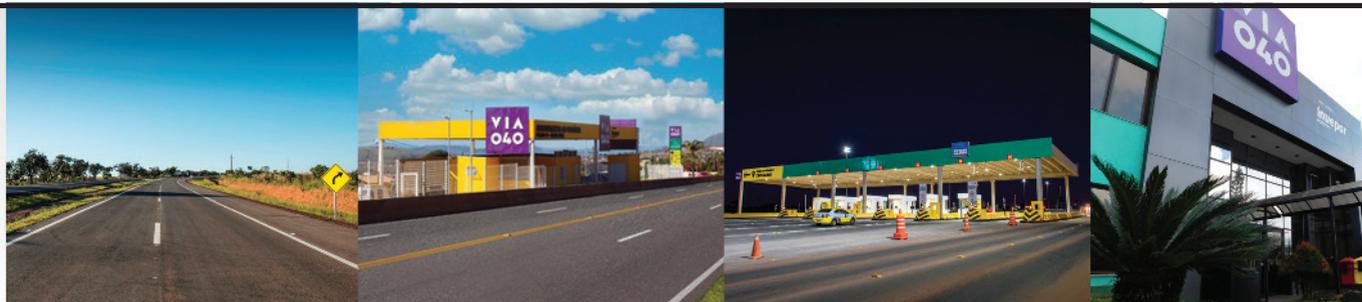




UMA EMPRESA
invepar
RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

1. Aos Acionistas: Submetemos à apreciação de V. Sas e do mercado as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

2. A Via 040: A Via 040 é a segunda maior concessão rodoviária do país, sendo o principal eixo de ligação entre o Centro-Oeste Brasileiro e a região Sudeste. O trecho sob concessão compreende 936,8 Km (novecentos e trinta e seis quilômetros e oitocentos metros), dos quais 8,4 Km (oito quilômetros e quatrocentos metros) estão inseridos no Distrito Federal, 157,3 Km (cento e cinquenta e sete quilômetros e trezentos metros) em Goiás e 771,1 Km (setecentos e setenta e um quilômetros e cem metros) em Minas Gerais. Ao longo de sua extensão a rodovia abrange 35 municípios, de Brasília (DF) a Juiz de Fora (MG), sendo estes com forte potencial econômico e turístico, por onde trafegam diversos produtos e serviços com alta representatividade na economia nacional, como minério de ferro, grãos, equipamentos industriais, além de fomentar o turismo das regiões ao seu entorno. As operações da Companhia foram iniciadas em 22 de outubro de 2014 e, desde então, foram realizados diversos investimentos como duplicação de 73 km, a construção de 22 unidades de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), além da conclusão de 4 retornos de nível, bem como a recuperação de 714 km de pavimento ao longo do trecho concedido, entre outros. É subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"), que foi a empresa vencedora do Leilão da Concessão do trecho supracitado. A VIA 040 é controlada em sua totalidade pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("INVEPAR"), que em 2017, por meio de suas concessões, administrou 2337 quilômetros de rodovias. Suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. ("LAMSA"), Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART"), Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("CRT"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA"), Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio"), a Concessionária BR 040 S.A. ("Via 040"). No segmento de aeroportos, a Invepar controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport") e tem como sócios a Airports Company South Africa ("ACSA") e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária ("Infraero"). GRU Airport se mantém como o maior aeroporto da América do Sul em volume de passageiros, movimentou mais de 37,8 milhões de passageiros em 2017. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Metrorio") e a Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), ambas na cidade do Rio de Janeiro. Além das concessões mencionadas, a Invepar possui a MetrôBarra S.A. ("MetrôBarra"), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que são utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro. Com sua entrada em operação em 2016, o MetrôRio passou a ser o prestador de serviços para sua operação. A construção da Linha 4 é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração.

3. Mensagem da Administração: O ano de 2017 foi um ano de desafios não só para a Via 040, mas para todo o setor de infraestrutura, que enfrentou seu quarto ano de crise. Após 2 anos de recessão, em que foram registradas duas quedas consecutivas de 3,5% no Produto Interno Bruto ("PIB"), a economia nacional mostrou uma tímida recuperação ao longo do ano e o PIB apresentou crescimento de 1,0% em 2017 segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"). Apesar do resultado positivo, a economia nacional retornou, em termos reais, ao patamar observado no primeiro semestre de 2011. A taxa de investimento¹ em 2017 caiu para 15,6% de 16,1% observado no ano anterior. A inflação oficial, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em doze meses, alcançou 2,94% em dezembro de 2017, configurando uma queda de 3,35 pontos percentuais sobre o índice alcançado em dezembro de 2016². Esta queda reflete o baixo nível de atividade econômica no país, apesar da pequena recuperação no ano. Diante da deterioração significativa das condições macroeconômicas e socioeconômicas desde 2013, ano do leilão do trecho sob concessão, a Companhia sofreu com impactos negativos na arrecadação, também refletindo em alta de custos, principalmente aumentos extraordinários em preços administrados, revisão do valor de crédito a ser liberado para projetos de infraestrutura pelo BNDES, novas legislações, bem como atrasos na liberação de licenciamentos ambientais gerando incertezas significativas quanto à rentabilidade do projeto de infraestrutura em sua forma atual.

Em 05 de junho de 2017, o Governo Federal sancionou a Lei nº 13.448 que, dentre outras, estabelece as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto a ANTT o pedido de adesão ao processo de relicitação supracitado, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da Invepar e pelo Conselho de Administração da Via 040 em 08 de setembro de 2017. Até a data de autorização da emissão destas informações financeiras intermediárias o pedido ainda não havia sido homologado pelo poder concedente.

Até que se defina um novo vencedor do Leilão da relicitação, do qual, conforme prevê a Lei, a Companhia e seus acionistas não poderão participar, e que este assumo o sistema rodoviário sob concessão, serão mantidos os serviços de operação e manutenção do trecho sob concessão, regulados por um aditivo contratual ainda não firmado entre a ANTT e a Companhia. Após a emissão do acordo entre as partes a duração das operações da Companhia estará limitada ao novo prazo de cumprimento das obrigações definidas neste termo. A Companhia caberá uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei 13.448/17, Lei 9.987/95 (Lei das Concessões) e o Contrato de Concessão. Mesmo diante das dificuldades, a Via 040 realizou obras ao longo do ano, garantindo mais qualidade e segurança aos usuários ao longo da rodovia. Entre elas, tem-se a conclusão da duplicação do viaduto Telésphoro Cândido de Rezende, localizado no trecho que passa por Congonhas (MG). Foi antecipada a obra de construção da Passarela em Ribeirão das Neves com o objetivo de melhorar a segurança dos usuários (local com alto número de atropelamentos), realizadas reformas de 4 postos da Polícia Rodoviária Federal e modernização de 19 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAUs).

A Via 040 fechou o ano de 2017 com Receita Líquida Ajustada de R\$ 312,4 milhões, 7,7% superior ao ano anterior. Esse crescimento ocorreu, principalmente, devido ao reajuste tarifário, a partir de julho de 2017. O EBITDA Ajustado somou R\$ 133,9 milhões, apresentando crescimento de 22,8% frente aos R\$ 108,7 milhões em 2016. O Resultado do Exercício de 2017 foi de R\$ 13,2 milhões negativos.

4. Gestão Estratégica: Governança Corporativa. O Grupo Invepar objetiva, através da Governança Corporativa, estabelecer critérios de controle e padronização de procedimentos nas suas Companhias, reduzindo, assim, riscos de fraude, abusos de poder ou conflitos de interesse em qualquer esfera da organização. A VIA 040 acredita que a ética é fundamental para o desenvolvimento de

seu negócio e o crescimento profissional de seus colaboradores. Por isso, todas as suas ações são baseadas no Código de Ética do Grupo Invepar. O Código de Ética do Grupo Invepar orienta a conduta dos seus colaboradores e fornecedores a fim de prevenir a prática de irregularidades, desvios e atos ilícitos, orientando-os a observar, no trato com seus stakeholders, os seguintes valores e princípios gerais: Pessoas e Equipes, Honestidade, Responsabilidade Socioambiental, Empreendedorismo, Comprometimento, Respeito e Inovação. Como mecanismo de controle, o Grupo Invepar mantém ativo canal de denúncias gerenciado por empresa externa e especializada, com o objetivo de garantir anonimato e eficiência no processamento das denúncias. **Recursos Humanos.** Desenvolver, manter e atrair talentos humanos é o nosso objetivo. Para isso, a Companhia prioriza a contratação de mão-de-obra da região onde está inserida, seja ela própria ou de empresas parceiras, investe em treinamentos, capacitação e desenvolvimento dos seus colaboradores. Fechamos o ano de 2017 com 901 colaboradores. Valorizar o trabalho em equipe e reconhecer internamente seus talentos são premissas da Via 040 na superação de seus desafios. **Gestão de Qualidade.** Em março de 2017 a Companhia passou por mais um ciclo de auditoria para garantir a manutenção da certificação à norma ABNT ISO 14.001:2004, pelo qual o órgão certificador deliberou pela manutenção da certificação. Visando a melhoria contínua dos processos, a Via 040 fortaleceu a equipe de auditores realizando treinamento de Interpretação da norma ABNT ISO 14.001:2015 (nova versão) e a realização do 3º Ciclo de Auditoria Interna de todos os processos da Companhia. Para o fortalecimento da educação ambiental, houve a realização de treinamentos sobre a gestão de animais na rodovia e atendimento a acidentes com cargas perigosas a todos os trabalhadores envolvidos no processo. Adicionalmente, na sede administrativa foi criada uma sistemática de Diálogos de Meio Ambiente com toda a equipe onde são discutidos assuntos como consumo consciente de insumos, coleta seletiva e desempenho ambiental da Companhia.

Responsabilidade Socioambiental. Desde o início da concessão, em 22 de abril de 2014, a Companhia vem se estruturando para garantir o atendimento de todas as premissas contratuais previstas no PER, sejam elas relacionadas à operação, manutenção, meio ambiente e atuação social. No que se refere ao desenvolvimento, promoção, articulação e envolvimento com os stakeholders ao longo dos 936,8 Km da rodovia, a Companhia possui quatro áreas correlacionadas que garantem sua atuação, são elas: Coordenação de Faixa de Domínio, Coordenação de Meio Ambiente, Coordenação Socioambiental e Gerência de Relações Institucionais. Em relação à atuação socioambiental, a Companhia propõe ações que respeitem e estejam relacionadas à cultura de cada município para que, dessa forma, seja possível promover propostas relacionadas ao desenvolvimento local das áreas diretamente afetadas pelo empreendimento. Neste sentido, as ações em benefícios sociais, econômicos e regionais realizados pela Companhia até o momento foram diagnósticos, mapeamentos, reuniões com as lideranças comunitárias na área de abrangência da concessão, atendimento às demandas das comunidades, além de ações de relacionamento com públicos específicos. Afim de fortalecer a atuação social da Companhia, a Via 040 é associada do Instituto Ethos, o que permite integrar sua gestão e estratégia focando no desenvolvimento social, econômico e ambientalmente responsável. Também é associada da *Childhood* do Brasil que tem como compromisso engajar nas práticas de responsabilidade social da empresa ações contrárias à exploração sexual de crianças e adolescentes na rodovia. Essa parceria insere a Companhia em uma iniciativa de cunho social, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento local dos municípios ao longo do trecho sob concessão, além de engajar a empresa para requisitos como GRI e acordos globais, ISO 8000 e ISO 26000. A Via 040 é empresa signatária do Pacto Global, uma iniciativa global, com amplo reconhecimento da comunidade empresarial e sociedade civil organizada, por acreditar que é importante tanto para o direcionamento de suas ações quanto para a reputação da marca. A contribuição financeira ao Pacto Global é realizada pela Invepar em nome de todas as empresas e o Relatório Anual da Invepar (GRI) é utilizado como evidência dos avanços dos compromissos das empresas signatárias ao Pacto Global.

Projeto de Plantio Compensatório: O plantio de mudas de árvores nativas e a manutenção das espécies são ações de contrapartida da Concessionária para as obras de implantação da duplicação, praças de pedágio e bases operacionais que aconteceram desde o início do Contrato de Concessão, bem como a melhoria da trafegabilidade que envolveu a supressão de árvores há menos de 9m do bordo da pista. O projeto consiste no plantio e a manutenção das mudas por 3 anos, que inclui os serviços de roçada ou capina, adubação e controle das formas cortadeiras, além do replantio de mudas que por ventura morreram durante o ano. Dentre as espécies plantadas encontram-se ipês, jequitibás, cedros e jatobás que são quatro das cerca de 40 espécies que tem como objetivo a melhoria do equilíbrio ecológico das áreas beneficiadas. Em 2016, houve o plantio de 9.475 mudas em Belo Horizonte e Itabirito, sendo 5.000 no Parque Municipal Jacques Cousteau (BH), 1.700 na Estação Estadual Ecológica Arêdes (Itabirito) e 2.100 na Praça de Pedágio 9 - PP09 (Itabirito). Em 2017, incluindo a manutenção das espécies plantadas 2016, houve o plantio de mais 675 mudas no Monumento Natural Serra da Moeda, em área dentro da faixa de domínio da BR 040 (próxima à PP09). **Plano de Gestão Social:** De acordo com o Plano de Exploração da Rodovia ("PER"), documento que especifica todas as condições para execução do Contrato, a Concessionária entregou à ANTT o Plano de Gestão Social ("PGS"). O Plano visa orientar os processos de deslocamento de atividade econômica, reassentamento involuntário e indenizações necessárias para implementação do empreendimento, de modo a garantir a manutenção ou melhoria das condições de vida da população afetada. Além desses objetivos, as informações socioeconômicas serão utilizadas para avaliação do impacto social das intervenções, necessárias para a execução do projeto de melhoria da rodovia. O objetivo geral do Plano de Gestão Social da VIA 040 visa possibilitar a condução dos processos de deslocamento de atividade econômica, reassentamento involuntário de população e indenizações resultantes da implementação do Contrato de Concessão com base nas melhores práticas de mercado, garantindo que as condições de vida das Pessoas Afetadas pelo Projeto ("PAPs") não fiquem piores do que eram quando do início do projeto. Foram identificadas e cadastradas 6.017 edificações, sendo 3.164 caracterizadas em termos sociais, demográficos e econômicos. A identificação das edificações se deu a partir da Área Diretamente Afetada ("ADA") pelo empreendimento – um raio de 55 metros para as margens direita e esquerda, sendo 40 metros de faixa de domínio e 15 metros de área não edificante.

5. Desempenho Operacional: As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte do Auditor Independente.

Desempenho Operacional:

Desempenho Operacional (Mil)	2017	2016	Δ
VEPS*	66.415	66.095	0,5%
Veículos Leves	21.438	21.528	-0,4%
Veículos Pesados	44.977	44.567	0,9%
Tráfego**	33.738	33.478	0,8%
Veículos Leves	21.874	21.781	0,4%
Veículos Pesados	10.957	10.881	0,7%
Veículos Isentos	907	816	11,2%
Tarifa Média (R\$)	5,02	4,68	7,2%

VEPS = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo*

***Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia*

Em 2017, a Companhia registrou 66,4 milhões de VEP's em suas praças de pedágio, frente a 66,1 milhões em 2016, o que representou um aumento de 0,5%. O leve crescimento no número total de VEP's se deu por uma melhora no volume de veículos pesados, fator de maior representatividade na receita de pedágio da Companhia, enquanto o fluxo de veículos leves registrou uma pequena queda em relação a 2016. Tal comportamento está relacionado a tímida e gradual melhora da economia nacional ao longo do ano de 2017, que ainda apresentou uma alta taxa de desemprego, influenciando negativamente o tráfego de veículos leves.

6. Desempenho Econômico Financeiro: A Via 040 apresenta suas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ano de 2017 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis às operações da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados em relação ao exercício de 2016 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado. **Receita Operacional:** A partir de 30 de julho de 2017, a tarifa básica das praças de pedágio foi reajustada, conforme contrato de concessão, de R\$ 4,80 para R\$ 5,30, o que representou um aumento de 10,4%. Esse aumento englobou o reajuste tarifário contratual além do reequilíbrio econômico financeiro em função da inclusão de investimentos e custos operacionais referentes aos controladores de velocidade que estavam sob responsabilidade do DNIT.

Receita Operacional (R\$ Mil)	2017	2016	Δ
Receita Bruta	467.474	532.866	-12,3%
Receita com pedágio	333.095	309.279	7,7%
Receitas Acessória	7.712	7.114	8,4%
Receita de Construção (IFRS)	126.667	216.473	-41,5%
Receita Bruta Ajustada¹	340.807	316.393	7,7%
Deduções da Receita Bruta	(28.381)	(26.247)	8,1%
Receita líquida ajustada¹	312.426	290.146	7,7%

¹ *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção*

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 312,4 milhões em 2017, um aumento de 7,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O principal impacto na receita com pedágio está aliado ao reajuste da tarifa básica das praças, vigente a partir de 30 de julho de 2017, de 10,4%, passando de R\$ 4,80 para R\$ 5,30. Em relação à receita acessória foram firmados novos contratos, responsáveis por 72% do crescimento nesta rubrica, além da atualização pelo IPCA dos contratos já existentes. **Custos e Despesas Operacionais:**

Custos e despesas (R\$ Mil)	2017	2016	Δ
Custos & Despesas Operacionais	(355.692)	(434.653)	-18,2%
Pessoas e encargos	(56.353)	(56.767)	-0,7%
Conservação & manutenção	(55.661)	(35.164)	58,1%
Seguros e garantias	(2.532)	(5.252)	-51,9%
Demais despesas operacionais e			
Administrativas	(65.670)	(85.438)	-23,1%
Provisão para manutenção	(1.270)	(1.194)	6,3%
Depreciação e amortização	(48.853)	(36.497)	33,9%
Custo de construção	(125.413)	(214.331)	-41,5%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(229.009)	(219.128)	4,5%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹⁺²	(180.156)	(182.631)	-1,4%

¹ *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e a Custo de Construção e à Provisão para Manutenção*

² *Desconsidera os efeitos de depreciações e amortização*

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados totalizaram R\$ 229,0 milhões em 2017, frente a R\$ 219,1 milhões no ano anterior, o que representou um aumento de 4,5%. Esse aumento pode ser explicado, principalmente, pelo incremento de 58,1% nos gastos com conservação e manutenção, previstos no contrato de concessão. Desconsiderando os efeitos de depreciação e amortização, os custos e despesas operacionais ajustados totalizaram R\$ 180,2 milhões, uma redução de 1,4% em relação a 2016. Esta queda reflete os trabalhos da companhia na gestão eficiente dos custos e despesas e pode ser observado pela redução nos gastos com pessoal e despesas operacionais e administrativas. **EBITDA e Margem EBITDA:**

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Mil)	2017	2016	Δ
EBIT	83.402	73.162	14,0%
(+) Depreciação & Amortização	48.853	36.497	33,9%
EBITDA¹	132.255	109.659	20,6%
Margem EBITDA¹	30,1%	21,6%	+8,5 p.p
Ajustes	16	(948)	-101,6%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(126.667)	(216.473)	41,5%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	(125.413)	214.331	-41,5%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS) ¹	1.270	1.194	6,3%
EBITDA Ajustado²	132.271	108.711	21,7%
Margem EBITDA Ajustado²	42,3%	37,5%	+4,9 p.p

¹ *Instrução CVM nº 527/12;*

² *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.*

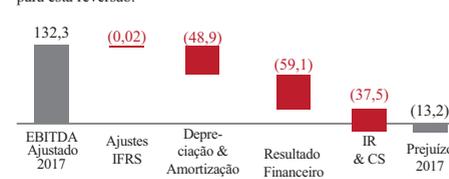
O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 132,3 em 2017, um aumento de 21,7% em relação ao número apurado em 2016. Tal variação ocorreu, principalmente, pelo aumento da receita líquida de pedágio, proveniente do reajuste tarifário de 10,4% em vigor desde 30 de julho de 2017. A margem EBITDA ajustada apresentou 4,9 pontos percentuais de aumento em relação ao período anterior, atingindo 42,3% em 2017. **Resultado Financeiro:**

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2017	2016	Δ
Resultado Financeiro	(59.075)	(35.687)	65,5%
Receitas Financeiras	1.261	3.537	-64,4%
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.011	1.792	-43,6%
Variação monetária e cambial	249	106	135,4%
Descontos Obtidos	-	58	-98,5%
Outros	-	1.581	n.m.
Despesas Financeiras	(60.336)	(39.224)	53,8%
Comissões e despesas bancárias	(12.573)	(7.135)	76,2%
Juros sobre financiamentos	(16.593)	(15.554)	6,7%
Variação monetária passiva	(6.955)	(110)	6.223,0%
Outros	(24.215)	(16.425)	47,4%

Em 2017 o resultado financeiro da companhia totalizou R\$ 59,1 milhões de despesas financeiras, um aumento de R\$23,4 milhões, ou 65,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento ocorreu principalmente em função dos custos com a renovação do empréstimo ponte. **Resultado do Exercício:**

Resultado (R\$ Mil)	2017	2016	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	(13.158)	26.877	-149%

A Companhia apurou prejuízo de R\$ 13,2 milhões em 2017, o que representou uma reversão de seu resultado em relação ao ano anterior, quando obteve um lucro de R\$ 26,9 milhões. O aumento dos custos e despesas operacionais ajustados, e o incremento nos gastos devido à rolagem do vencimento do empréstimo ponte contribuíram para esta reversão.



Disponibilidades e Endividamento:

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil)	2017	2016	Δ
Dívida Líquida	938.022	940.992	-0,3%
Disponibilidades	15.387	18.796	-18,1%
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.387	18.796	-18,1%
Dívida Bruta	953.409	959.788	-0,7%
Curto Prazo	945.798	951.333	-0,6%
Empréstimos e Financiamentos	945.798	951.333	-0,6%
Longo Prazo	7.611	8.455	-10%
Empréstimos e Financiamentos	7.611	8.455	-10%

A Companhia encerrou o ano de 2017 com uma redução do seu endividamento de 0,3%, ou aproximadamente R\$ 3,0 milhões. A dívida bruta da Companhia atingiu o montante de R\$ 953,4 milhões no final 2017 frente a uma dívida bruta de R\$ 959,8 milhões ao final de 2016. A Companhia negociou com o BNDES novo prazo de vencimento para 15 de junho de 2018, com inclusão de mecanismo de repactuação automática da dívida com prazo final em 15 de maio de 2019, desde que apresente nova(s) carta(s) de fiança(s) ou aditivos às atuais em valor equivalente ao saldo devedor do contrato e a inclusão de nova hipótese de vencimento antecipado. O fator preponderante sobre o saldo da dívida bruta é o financiamento contratado junto ao BNDES ("PONTE") que, desde 15 de maio de 2017, encerrou seu período de carência e, conforme o novo acordo, iniciou a amortização do principal do saldo devedor em parcelas mensais e sucessivas, no valor de 1/240 do saldo devedor, no período compreendido entre 15 de junho de 2017 (inclusive) e 15 de outubro de 2017 (inclusive), juntamente com as prestações dos juros incorridos em cada período. Os juros incididos após o dia 15 de novembro de 2016 estão sendo pagos mensalmente desde dia 15 de dezembro de 2016. **Investimentos:**

Investimentos (R\$ Mil)	2017	2016	Δ
Investimento Total	115.966	193.166	-40,0%
Imobilizado	1.085	4.847	-77,6%
Intangível	222.512	323.451	-31,2%
Softwares e outros	207	1.950	-89,4%
Direitos da Concessão (Investimento)	188	7.450	-97,5%
Intangível em construção	222.117	314.051	-29,3%
(-) Transação não caixa	(108.885)	(137.274)	-20,7%
(-) Margem de construção	1.254	2.142	-41,5%

No exercício de 2017, em comparação a 2016, houve uma redução de 22,4% no volume de investimentos da Companhia. O volume investido está relacionado principalmente à duplicação do viaduto Telésphoro, da reforma nos postos da Polícia Rodoviária Federal e modernização de 19 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAUs).

7. Considerações Finais: Diante do pedido de adesão ao processo de relicitação realizado pela Companhia, explicado anteriormente, a Via 040 reafirma que até que se defina um novo vencedor do Leilão da relicitação, serão mantidos os serviços de operação e manutenção do trecho sob concessão, regulados por um aditivo contratual ainda não firmado entre a ANTT e a Companhia. Após a emissão do acordo entre as partes a duração das operações da Companhia estará limitada ao novo prazo de cumprimento das obrigações definidas neste termo.

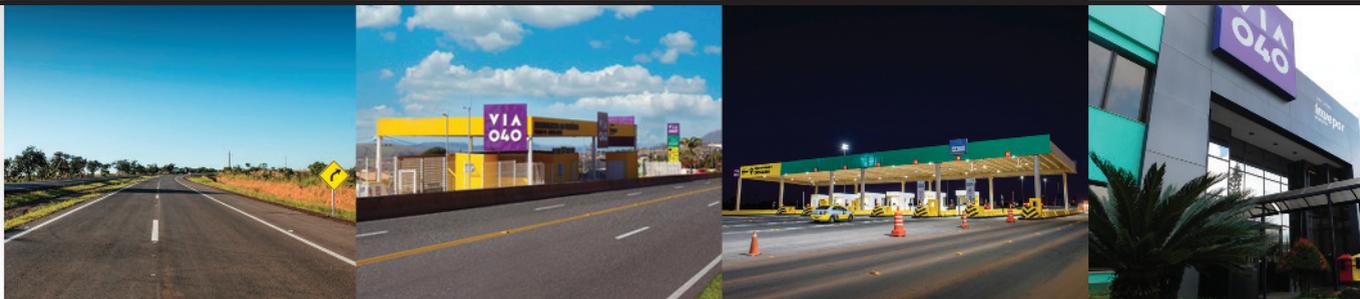
Auditoria Independente: As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes ("Grant Thorton"). Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria tendo como premissas: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As demonstrações contábeis da Concessionária BR-040 S.A. estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, a partir de informações financeiras auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. Nossos auditores não nos prestaram qualquer outro serviço além da auditoria das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. **Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária BR-040 S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de opinião dos auditores externos da Grant Thorton e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. **Agradecimentos:** A administração da Concessionária BR-040 S.A. agradece aos seus usuários, acionistas, poder concedente, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos colaboradores pela dedicação e



UMA EMPRESA
invepar
RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens dos ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente. **2.12 Ajuste para recuperação de ativos não financeiros.** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda pela deteriorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.13 Outros ativos e passivos.** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.14 Tributação.** As receitas da companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Receitas financeiras	Receitas acessórias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	4,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	-	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A Companhia é habilitada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura ("REIDI") desde 08 de maio de 2014 e esta habilitação possui validade de 05 anos contados a partir desta data. O REIDI suspende a incidência de PIS e COFINS sobre as vendas de bens e serviços a pessoas jurídicas que tenham projetos aprovados para implantação de obras de infraestrutura nos setores de transporte, portos, energia, saneamento básico e irrigação. **2.15 Benefícios aos empregados.** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. **Planos de contribuição definida** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido. **Benefícios de curto prazo a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado. **2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos.** Os ativos e

passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **Julgamentos.** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas. Principais fontes de incertezas nas estimativas.** As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e consideram a plena recuperação dos investimentos no âmbito da relicitação da concessão, conforme NE01, e não incluem investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos.** Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Valor justo de instrumentos financeiros.** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Participação nos lucros e resultado ("PLR").** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas.** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível.** A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão. **2.18 Instrumentos financeiros.** a) **Reconhecimento inicial e mensuração.** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. b) **Mensuração subsequente.** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são: (i) considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios conforme CPC 15; (ii) mantidos para negociação, (iii) ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a

curto prazo; e • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo. Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: • Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; • O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos; • Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e • Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento.** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros disponíveis para venda.** Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos de patrimônio disponíveis para venda que não são cotados em um mercado ativo e cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável e os derivativos relacionados a, e que devem ser liquidados mediante entrega de, tal instrumento de patrimônio não cotado são mensurados ao custo e deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício. **Baixa.** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do grupo com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigaçõesque o grupo manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do grupo, dos dois o menor. **Passivos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração.** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado do empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. **Empréstimos e recebíveis.** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Baixa.** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **2.19 Custo de empréstimos.** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. **2.20 Resultado por ação.** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo exercício. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação. **2.21 Demonstrações dos fluxos de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. **2.22 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerida nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **2.23 Normas, Alterações e Interpretações de normas.** Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB: O International Accounting Standards Board - IASB

publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes: a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018: • IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento): Introduz novos requerimentos de classificação, mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9/CPC 48 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos e passivos financeiros. A Companhia não prevê impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9/CPC 48, onde aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida das contas a receber. Até as análises mais recentes, a Companhia estima que não haverá impactos relevantes pela mudança de modelo de perdas incorridas para perdas esperadas. • IFRS 15/CPC 47 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento): Estabelece um único modelo contendo 5 passos a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15/CPC47, as receitas são reconhecidas ao valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma substitui a IAS 18/CPC 30(R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17(R1) - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Administração avaliou suas receitas tarifárias e não tarifárias e concluiu que as novas orientações do IFRS 15/CPC 47 não trarão impactos no reconhecimento das receitas da Companhia, uma vez que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativos a obrigação de desempenho. b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019: IFRS 16/CPC 06(R2) - Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações são tratadas como revisão do CPC 06.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	(Reclassificado)	
	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos	8.094	1.526
Valor em poder da transportadora de valores	3.224	2.270
Aplicações Financeiras Compromissadas com lastro em debêntures	952	15.000
Fundo de investimento CAIXA Mover (*) Letras Financeiras do Tesouro - SELIC	2.523	-
Titulos públicos federais - Tesouro Nacional	594	-
	<u>15.387</u>	<u>18.796</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2017 a taxa de rentabilidade destas aplicações era de 75% a 99% do CDI (88% a 100,8% em 31 de dezembro de 2016). (*) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, e também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 31 de dezembro de 2017, eram partes integrantes deste fundo a INVEPAR, LAMSA, METRÓRIO, METROBARRA, CLN e VIA040. Apesar do vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento.

4. CRÉDITOS A RECEBER

	31/12/2017	31/12/2016
AVI (*)	14.358	13.154
Vale pedágio	1.219	1.180
Ocupação da faixa de domínio (**)	7.038	17.405
	<u>22.615</u>	<u>31.739</u>

(*) O saldo da rubrica "AVI" é oriundo da utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 29 dias. (**) Os saldos apresentados advêm da prestação de serviços decorrentes de contratos com clientes referentes à ocupação da Faixa de Domínio, conforme previsto no contrato de concessão e autorizado pela ANTT. A Companhia não registra a estimativa para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"), reconhecendo como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 60 dias do reconhecimento do crédito não recebido, conforme nota explicativa 14.

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	-	6.330
IRRF sobre aplicações financeiras	171	494
PIS, COFINS e CSLL a recuperar	138	152
INSS a recuperar	134	150
Outros	6	7
	<u>449</u>	<u>7.133</u>



UMA EMPRESA
invepar
RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	31/12/2017	31/12/2016
Natureza		
Prejuízo fiscal	-	10.158
Base negativa da contribuição social	-	3.658
Participação nos lucros e resultado (PLR)	-	639
Provisões não dedutíveis	-	1.242
Juros capitalizados (*)	(34.296)	(12.874)
Margem de construção RTT (**)	(1.547)	(1.607)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	(2.960)	(2.534)
	<u>(38.803)</u>	<u>(1.318)</u>
Impostos Diferidos - Ativo	-	15.697
Impostos Diferidos - Passivo	(38.803)	(17.015)

(*) A partir de 2016, a Companhia tomou dedutibilidade dos juros no momento em que foram incorridos conforme § 3 do art. 145 da IN RFB nº 1.700 de 2017. (**) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$5, pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14. Com a adesão do pedido de relicitação nos termos da Lei nº 13.448 de 2017 ocorrido em 11 de setembro de 2017, a Companhia, devido a falta de expectativa de geração de base tributável futura, realizou a baixa dos impostos diferidos ativos no montante de R\$ 15.697. Desta forma, o saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias totalizam o montante de R\$ 42.538 (R\$ 14.905 em 31 de dezembro de 2016).

c) Tributos a recolher

	31/12/2017	31/12/2016
PIS e COFINS	1.174	1.052
ISS	1.749	2.626
IRRF e CSRF	500	1.782
INSS sobre terceiros	226	664
Outros	116	-
	<u>3.765</u>	<u>6.124</u>

Composição

Parte relacionada	Transação	Ativo circulante	Passivo não circulante	(Despesas)
INVEPAR	Serviços compartilhados (*)	-	22.870	(13.355)
INVEPAR	Outorga de Garantia(**)	-	52.139	(24.011)
		-	<u>75.009</u>	<u>(37.366)</u>

Parte relacionada	Transação	Ativo circulante	Passivo não circulante	(Despesas)
INVEPAR	Serviços compartilhados (*)	-	9.515	(8.063)
INVEPAR	Outorga de Garantia(**)	-	28.128	(14.580)
LAMSAC	Serviços compartilhados (*)	96	-	-
METRORIO	Serviços compartilhados (*)	138	-	-
		<u>234</u>	<u>37.643</u>	<u>(22.643)</u>

(*) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. (**) Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia. **Procedimento arbitral com parte relacionada - OAS:** Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de trapalpenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço unitário. Em 16 de setembro de 2015, a Companhia notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de rescindir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do contrato; (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário. Em 17 de dezembro de 2015, a Companhia e a Construtora OAS S.A. firmaram termo de Transação que previu a quitação dos pleitos apresentados pela construtora

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Custo						
Instalações	10	9	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	10	13.545	33	-	(34)	13.544
Móveis e utensílios	10	4.704	22	-	156	4.882
Veículos	20	18.047	-	(29)	-	18.018
Equipamentos de informática	20	13.776	58	(91)	162	13.905
Outros	-	-	972	-	-	972
		<u>50.081</u>	<u>1.085</u>	<u>(120)</u>	<u>284</u>	<u>51.330</u>
Depreciação acumulada						
Instalações	(2)	(2)	(1)	-	-	(3)
Máquinas e equipamentos	(3.954)	(3.954)	(1.355)	-	13	(5.296)
Móveis e utensílios	(626)	(626)	(478)	-	(4)	(1.108)
Veículos	(7.748)	(7.748)	(3.604)	14	-	(11.338)
Equipamentos de informática	(3.054)	(3.054)	(2.765)	15	(8)	(5.813)
		<u>(15.384)</u>	<u>(8.203)</u>	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>(23.558)</u>
Imobilizado líquido		<u>34.697</u>	<u>(7.119)</u>	<u>(91)</u>	<u>284</u>	<u>27.772</u>
	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Custo						
Instalações	10	56	-	-	(47)	9
Máquinas e equipamentos	10	13.158	598	(3)	(208)	13.545
Móveis e utensílios	10	2.658	1.069	(5)	982	4.704
Veículos	20	18.156	42	(151)	-	18.047
Equipamentos de informática	20	7.105	2.352	(67)	4.386	13.776
Adiantamento a fornecedores	-	9	786	(795)	-	-
Imobilizado em andamento	-	446	-	-	(446)	-
		<u>41.588</u>	<u>4.847</u>	<u>(1.021)</u>	<u>4.667</u>	<u>50.081</u>
Depreciação acumulada						
Instalações	(8)	(8)	(5)	-	11	(2)
Máquinas e equipamentos	(1.950)	(1.950)	(2.002)	-	(2)	(3.954)
Móveis e utensílios	(158)	(158)	(459)	-	(9)	(626)
Veículos	(4.184)	(4.184)	(3.621)	57	-	(7.748)
Equipamentos de informática	(1.085)	(1.085)	(1.987)	-	18	(3.054)
		<u>(7.385)</u>	<u>(8.074)</u>	<u>57</u>	<u>18</u>	<u>(15.384)</u>
Imobilizado líquido		<u>34.203</u>	<u>(3.227)</u>	<u>(964)</u>	<u>4.685</u>	<u>34.697</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	24.327	37.473
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(8.271)	(12.741)
Adições permanentes	(1.582)	(1.933)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(11.935)	4.078
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(21.788)	(10.596)
Baixa de imposto diferido ativo de períodos anteriores	(15.697)	-
Total dos impostos no resultado	<u>(37.485)</u>	<u>(10.596)</u>

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Relação com a Companhia	Ativo circulante	Passivo não circulante	(Despesas)
Controladora	-	22.870	(13.355)
Controladora	-	52.139	(24.011)
	-	<u>75.009</u>	<u>(37.366)</u>

Relação com a Companhia	Ativo circulante	Passivo não circulante	(Despesas)
Controladora	-	9.515	(8.063)
Controladora	-	28.128	(14.580)
Coligada	96	-	-
Coligada	138	-	-
	<u>234</u>	<u>37.643</u>	<u>(22.643)</u>

mediante o pagamento de R\$34.292, em favor da Construtora OAS S.A., sendo o saldo de R\$ 1.138 condicionado à execução da integralidade dos serviços de reparo dos defeitos listados no Anexo I ao referido termo. A transação também assegurou a obrigação da construtora garantir a segurança e solidez das obras, bem como indenizar eventuais danos decorrentes de obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias relativas aos empregados e/ou contratados da OAS ou de danos ambientais causados pela construtora. As Partes também ficaram obrigadas ao ressarcimento dos danos decorrentes de dolo. Em 12 de fevereiro de 2017, a Companhia interps processo arbitral em face da Construtora OAS S.A. a fim de que a construtora seja condenada a reparar os vícios na obra, bem como a indenizar todos os outros gastos/prejuízos decorrentes da ação e/ou omissão da Construtora OAS S.A., no valor estimado de R\$ 17.800. As partes firmaram termo de arbitragem, em 13 de novembro de 2017. A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou como provável a probabilidade de êxito do procedimento arbitral. Nenhum registro contábil foi realizado referente e este prognóstico. **Remuneração da administração:** Em 28 de Abril de 2017 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 5.504. A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, está composta pelos valores abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Pró-labore	1.014	1.856
Encargos	439	371
Bônus	1.241	374
Outros benefícios	578	167
	<u>3.272</u>	<u>2.768</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia provisionou o montante de R\$ 1.241 (R\$374 em 31 de dezembro de 2016), de bônus para os administradores.

Redução ao valor recuperável do ativo ("Impairment"): De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado são revisados, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota Explicativa nº 1.b. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade

8. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Custo						
Software	5 anos	8.495	14	-	-	8.509
Direitos da concessão	(*)	1.122.747	188	-	(5.359)	1.117.576
Adiantamento a fornecedores		963	193	-	(485)	671
Intangível em construção		311.944	222.117	-	5.560	539.621
		<u>1.444.149</u>	<u>222.512</u>	<u>-</u>	<u>(284)</u>	<u>1.666.377</u>
Amortização acumulada						
Software		(1.832)	(1.717)	-	-	(3.549)
Direitos da concessão		(36.537)	(38.933)	-	-	(75.470)
		<u>(38.369)</u>	<u>(40.650)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(79.019)</u>
Intangível líquido		<u>1.405.780</u>	<u>181.862</u>	<u>-</u>	<u>(284)</u>	<u>1.587.358</u>

	Prazo de vida útil	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Custo						
Software	5 anos	4.113	1.950	-	2.432	8.495
Direitos da concessão	(*)	707.318	7.288	-	408.141	1.122.747
Adiantamento a fornecedores		5.046	162	(3.033)	(1.212)	963
Intangível em construção		416.014	314.051	(4.094)	(414.027)	311.944
		<u>1.132.491</u>	<u>323.451</u>	<u>(7.127)</u>	<u>(4.666)</u>	<u>1.444.149</u>
Amortização acumulada						
Software		(642)	(1.173)	-	(17)	(1.832)
Direitos da concessão		(9.316)	(27.250)	31	(2)	(36.537)
		<u>(9.958)</u>	<u>(28.423)</u>	<u>31</u>	<u>(19)</u>	<u>(38.369)</u>
Intangível líquido		<u>1.122.533</u>	<u>295.028</u>	<u>(7.096)</u>	<u>(4.685)</u>	<u>1.405.780</u>

(*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 22 de Abril de 2044, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota Explicativa 01. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão. (*) Prazo remanescente da concessão contado a partir da data de início da operação do ativo. **Redução ao valor recuperável do ativo ("Impairment"):** De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível são revisados, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota explicativa 1.b. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relicitação. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso das discussões e tramitações em torno da das

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
BNDES - Ponte	Reais	TJLP + 2% a.a.	Junho/18	956.253	974.234
BNDES - FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	8.476	9.746
Custo de captação				(11.320)	(24.192)
Total				<u>953.409</u>	<u>959.788</u>
Circulante				945.798	951.333
Não circulante				7.611	8.455

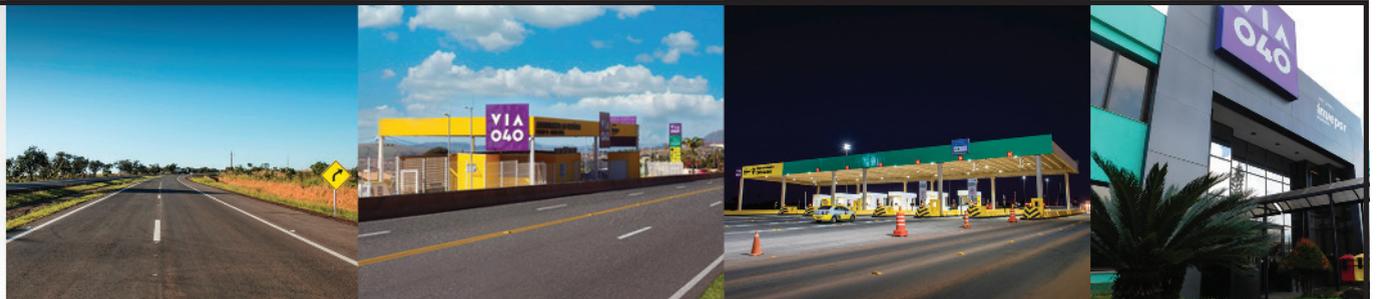
Descrição	31/12/2016	Amortização do principal	Juros pagos (*)	Juros incorridos (**)	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Transferência	31/12/2017
Passivo circulante								
BNDES - Ponte	974.234	(28.186)	(76.021)	86.225	-	-	-	956.252
BNDES - FINAME	1.291	(1.266)	(534)	531	-	-	844	866
Custos a amortizar	(24.192)	-	-	-	(48.182)	61.054	-	-
	<u>951.333</u>	<u>(29.452)</u>	<u>(76.555)</u>	<u>86.756</u>	<u>(48.182)</u>	<u>61.054</u>	<u>844</u>	<u>945.798</u>
Passivo não circulante								
BNDES - FINAME	8.455	-	-	-	-	-	(844)	7.611
	<u>8.455</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(844)</u>	<u>7.611</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>959.788</u>	<u>(29.452)</u>	<u>(76.555)</u>	<u>86.756</u>	<u>(48.182)</u>	<u>61.054</u>	<u>-</u>	<u>953.409</u>

Descrição	31/12/2015	Amortização do principal	Juros pagos (*)	Juros incorridos (**)	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Transferência	31/12/2016
Passivo circulante								
BNDES - Ponte	775.542	160.479	(51.313)	89.526	-	-	-	974.234
BNDES - FINAME	1.294	(1.266)	(608)	605	-	-	1.266	1.291
Custos a amortizar	(5.774)	-	-	-	(56.580)	38.162	-	(24.192)
	<u>771.062</u>	<u>160.479</u>	<u>(1.266)</u>	<u>(51.921)</u>	<u>(56.580)</u>	<u>38.162</u>	<u>1.266</u>	<u>951.333</u>
Passivo não circulante								



UMA EMPRESA
invepar
RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



antecipado foram atendidas. Como condição de liberação dos créditos pelo BNDES, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú, Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Banco Bradesco cartas de fianças, conforme detalhado a seguir:

Fiador	Valor total da carta original	%
Itaú	R\$250.000	25,8866
BB	R\$250.000	25,8866
BDMG	R\$215.750	22,3402
Bradesco	R\$250.000	25,8866

As cartas fianças, por sua vez, são garantidas por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, datado de 25 de agosto de 2014 e respectivos aditivos, firmados entre a Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., Itaú Unibanco S.A., na qual a Companhia empenha todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da Concessão, respeitado o disposto no art. 28, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada ("Lei de Concessões Públicas"), incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da Concessão e que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão ("Direitos Creditórios Empenhados"). Além disso, nos termos do Contrato de Prestação de Garantias, a INVEPAR constituiu em favor dos Fiadores penhor sobre a totalidade das ações, presentes ou futuras, de emissão da Companhia e de sua titularidade, representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, por meio de contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças datado de 25 de agosto de 2014, que possui a Itaú Corretora de Valores S.A. como instituição depositária. As cartas de fiança são aditadas a cada nova rolagem do prazo de vencimento da dívida. O contrato de empréstimo PONTE celebrado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, prevê como hipótese de vencimento cruzado do débito a extinção do Contrato de Concessão. O contrato de prestação de fiança celebrado pela Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimentos S.A., para garantia do empréstimo PONTE BNDES, prevê a possibilidade de exigência de substituição e/ou devolução antecipada das cartas de fiança em vigor, caso (i) seja declarado o vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Companhia e/ou da INVEPAR, na qualidade de interveniente-garantidora, com os fiadores e seus controladores e/ou qualquer de suas controladas e coligadas; (ii) constatado o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia, na qualidade de afiançada, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$10.000,00 (iii) ocorra o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da INVEPAR, na qualidade de interveniente garantidora, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$50.000,00. **BNDES - Fiança:** Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir parte da sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto a não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofre incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização. Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

Modalidade	Número do contrato	Data de liberação	Valor do contrato/Valor liberado		Vencimento
			liberação	Vencimento	
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/2024	
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/2024	
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/2024	
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/2024	
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/2024	
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/2024	
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/2024	
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/2024	
FINAME	40/00983-1	15/12/14	3.635	15/08/2024	
			12.026		

II. PROVISÃO PARA RISCOS: A Companhia, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é ré em processos de natureza cível, trabalhista e administrativa sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta nota explicativa. a) **Riscos cíveis:** As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados. b) **Riscos trabalhistas:** A Companhia é ré em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Movimentação da provisões para contingências prováveis:

	Atualização			
	31/12/2016	Adições	Reversões	monetária 31/12/2017
Trabalhista	654	744	(171)	1.227
Cíveis	91	362	(44)	409
Total	745	1.106	(215)	1.636

	Atualização			
	31/12/2015	Adições	Reversões	monetária 31/12/2016
Trabalhista	72	801	(229)	644
Cíveis	13	148	(70)	91
Total	85	949	(299)	735

* Os saldos referentes a multas do poder concedente, no montante de R\$2.825, já impetradas contra a Companhia foram reclassificadas para a Rubrica de Fornecedores, na NE10 de forma a refletir de maneira mais adequada a essência da operação. O montante das causas com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2017 é de R\$32.259 (R\$12.764 em 31 de dezembro de 2016), onde R\$14.821 (R\$7.913 em 31 de dezembro de 2016) representam causas de natureza trabalhista e R\$17.438 (R\$4.851 em 31 de dezembro de 2016) representam causas de natureza cível. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos

assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período. Existem causas de natureza cível com probabilidade de perda possível, há processos questionando a cobrança futura de pedágio.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social	Número de ações	% Participação	Ações ordinárias
-------------------	-----------------	----------------	------------------

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR 706.866.817 100 706.866.817

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia encontrava-se integralizado em R\$397.500 correspondente a 397.830.039 ações ordinárias. Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizado o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$273.000, mediante a emissão de 309.036.778 ações ordinárias sem valor nominal, deste total R\$ 273.000 foi integralizado R\$113.700 em dinheiro e R\$ 55.000 decorrente do adiantamento para futuro aumento de capital, até a data base de 31 de dezembro de 2017. Em 31 de Dezembro de 2017, o capital subscrito da Companhia é de R\$670.500, sendo, R\$591.200 integralizados e R\$79.300 a integralizar, representados por 706.866.817 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente subscritas pela INVEPAR. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017 o capital social encontrava-se integralizado em R\$591.200 (R\$397.500 em 31 de dezembro 2016). b) **Reserva legal.** A Companhia destinará 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. c) **Dividendos.** O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações. **13. RECEITAS POR NATUREZA:** A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das receitas, custos e despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas, custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas por natureza		
Receita bruta de pedágio	333.095	309.279
Receita extraordinária	7.712	7.114
Receita de construção	126.667	216.473
Deduções da receita		
PIIS	(2.292)	(2.132)
COFINS	(10.579)	(9.837)
ISS	(15.510)	(14.278)
Receita líquida	439.094	506.619

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) Receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA:

	31/12/2017	31/12/2016
Custos e despesas por natureza		
Pessoal e encargos	(56.353)	(56.767)
Conservação e manutenção	(41.226)	(35.164)
Comunicação, marketing e publicidade	(231)	(305)
Seguros e garantias	(5.955)	(5.262)
Combustíveis e lubrificantes	(6.108)	(6.902)
Consultoria e assessoria	(1.920)	(2.928)
Taxas e impostos (*)	(14.627)	(12.977)
Alugueis	(2.415)	(2.692)
Serviços de terceiros	(19.008)	(18.784)
Perda no recebimento de créditos (**)	(1.244)	(5.628)
Provisão para riscos	(1.224)	(1.898)
Serviços compartilhados	(13.355)	(8.063)
Depreciação e amortização	(48.853)	(36.497)
Custo de construção	(125.413)	(214.331)
Outros	(13.332)	(25.261)
	(355.692)	(433.459)
Custo dos serviços prestados	(189.217)	(180.348)
Custo de construção	(125.413)	(214.331)
Despesas gerais e administrativas	(41.019)	(38.939)
Outras receitas (despesas) operacionais	(43)	159
	(355.692)	(433.459)

(*) Inclui os custos contratuais da concessão, como verbas de fiscalização e segurança, conforme previsto no contrato de concessão no montante de R\$14.428 em 31 de dezembro de 2017 (R\$12.812 em 31 de dezembro de 2016). (***) Refere-se ao reconhecimento da perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 60 dias do reconhecimento do crédito não recebido. **15. RESULTADO FINANCEIRO:**

	31/12/2017	31/12/2016
Juros sobre aplicações financeiras	1.011	1.792
Varição monetária ativa	249	106
Descontos obtidos	1	58
Ajuste a valor presente	-	1.568
Outros	-	13
Total receitas financeiras	1.262	3.537
Comissões e despesas bancárias	(12.573)	(7.135)
Juros sobre financiamentos	(16.593)	(15.554)
Juros passivos	(6.955)	(110)
Outros (*)	(24.215)	(16.425)
Total despesas financeiras	(60.336)	(39.224)
Resultado financeiro líquido	(59.075)	(35.687)

No exercício de 2017, a Companhia incorreu em R\$137.108 de despesas de juros do empréstimo e custo de cartas de fiança (R\$128.294 em 31 de dezembro de 2016). Deste total, o montante de R\$ 104.146 foi capitalizado no intangível (R\$97.747 em 31 de dezembro de 2016) e o restante de R\$32.962 mantido no resultado (R\$ 15.555 em 31 de dezembro de 2016). (*) Parte deste valor refere-se a Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança), conforme NE 7. **16. RESULTADO POR AÇÃO:** Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantêm disponíveis durante o período. A Companhia não possui instrumentos diluidores. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2017	31/12/2016
Numerador básico		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	(13.158)	26.877
Denominador básico		
Média ponderada por lote de mil ações	706.867	395.068
Lucro líquido / prejuízo (básico e diluído) por lote de mil ações - RS	(0,019)	0,069

17. SEGUROS: A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e

administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

Modalidade	Limite máximo de indenização (básico)	Vigência	Seguradora
Garantia ao poder concedente (a)	505.134	20/03/17 a 20/03/18	Fator Seguradora S.A.
Responsabilidade civil geral (b)	100.000	01/08/17 a 01/08/18	Tókió Marine
Riscos operacionais (c)	280.000	01/08/17 a 01/08/18	Tókió Marine
Edificações (Almox Nova Lima)	6.780	20/01/17 a 20/01/18	Mitsui
Edificações (Almox Paracatu)	1.750	08/03/17 a 09/03/18	Porto Seguro
Veículos	Tabela FIPE	18/09/17 a 20/03/17	Itaú
D&O	100.000	20/03/18 a 28/08/16	XL Seguros
Fiança locatícia	539.897	28/08/18	Potential

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia "PER". (b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão. (c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de danos morais e lucros cessantes inerentes à operação da Companhia. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **18. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES:** A VIA 040 deverá manter, em favor ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

Meta de duplicação	Valor
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária
A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento das metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio. Estão previstas no contrato de concessão as obrigações abaixo descritas:

Verba de fiscalização	Verba de segurança no trânsito	Recursos para desenvolvimento tecnológico	*Atualizadas anualmente conforme preconizado no Contrato de Concessão
10.410*	1.334*	1.844*	

Fronte 1	Fronte 2	Fronte 3	Fronte 4
- Implantação e recuperação das edificações e instalações operacionais;	- Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço;	- Sistemas elétricos e de iluminação;	- Serviços operacionais: implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços;
- Recuperação e manutenção;	- Obras de ampliação de capacidade e melhorias;	- Pavimento;	- Centro de controle operacional;
- Sinalização e elementos de proteção e segurança;	- Obras em trechos urbanos;	- Elementos de proteção e segurança;	- Equipamentos e veículos da administração;
- Terraplenos e estruturas de contenção;	- Obras de manutenção de nível de especiais;	- Obras de arte e instalações;	- Sistemas de controle de tráfego;
- Obras de arte especiais;	- Obras emergenciais;	- Sistema de drenagem e obras de arte correntes;	- Sistemas de atendimento ao usuário;
- Canteiro central e faixa de domínio;	- Terraplenos e estruturas de contenção;	- Sistema de controle de arcação;	- Sistemas de pedregulho e controle de arcação;
- Pavimento; e	- Canteiro central e faixa de domínio;	- Sistema de comunicação;	
- Sistemas elétricos e de iluminação.	- Edificações e instalações operacionais; e	- Sistema de pesagem;	
	- Conservação.	- Sistema de guarda e vigilância patrimonial; e	
		- Reforma dos postos da polícia rodoviária federal.	

O PER prevê um prazo até 5 (cinco) anos, a contar da data de obtenção da licença de implantação, para que estes investimentos sejam finalizados. **19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se

atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e fornecedores.

Instrumentos financeiros	31/12/2017	31/12/2016
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	15.387	18.796
Aplicação financeira (a)	-	-
Créditos a receber (b)	22.615	31.739
Partes relacionadas (b)	-	234
Total do ativo	38.002	50.769
Passivos		
Fornecedores (b)	48.008	67.152
Partes relacionadas (b)	75.009	37.643
Empréstimos e financiamentos (b)	953.409	959.788
Outras contas a pagar (b)	15.813	20.578
Total do passivo	1.072.239	1.082.163

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. (b) Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a) **Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado:** Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento. b) **Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos:** Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo. Hierarquia do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	15.387	-	15.387	-
Total	15.387	-	15.387	-

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	18.796	-	18.796	-
Total	18.796	-	18.796	-

*Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo. c) **Exposição a riscos de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação da CDI, SELIC e IPCA. Os passivos financeiros da Companhia estão vinculados à variação da UR-TJLP. d) **Concentração de risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitem a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. e) **Análise de sensibilidade nas taxas de juros:** A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08: • Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. • Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável. • Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente). • Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado. As taxas anuais consideradas foram:

Indicador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	9,78%	7,34%	4,89%
Selic (% ao ano)	9,80%	12,25%	14,70%
TJLP Passivo (% ao ano)	7,12%	8,9	



UMA EMPRESA
invepar
RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00



econômicas. Em 31 de dezembro de 2017, dado a aproximação da data de vencimento do empréstimo PONTE obtido junto ao BN-DES, e consequente classificação contábil do total da dívida em seu passivo circulante, o índice de liquidez nessa data está demonstrado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Dívida	953.409	959.788
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira	(15.387)	(18.796)
Dívida líquida	938.022	940.992
Patrimônio líquido (*)	528.348	347.816
Endividamento líquido	1.466.370	1.288.808

(*) Montante líquido do AFAC

g) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através das contas garantidas e empréstimos e financiamentos. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. Dado o processo de relicitação, conforme citado na NE 01, caberá à companhia indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, ao final deste processo. O valor de indenização calculado pelo poder concedente pode diferir daqueles previstos pela Companhia o que poderá levar a uma disputa jurídica entre as partes e que definirá o valor final da indenização.

	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017				
Empréstimos e Financiamentos	957.118	7.611	-	964.729
Fornecedores	12.797	5.615	-	18.412

	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e Financiamentos	951.333	8.455	-	959.788
Fornecedores	58.542	1.535	2.715	64.327

20. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO: A Companhia constitui provisão para recuperação da infraestrutura, que compreende os gastos previstos para deixá-la em condições normais de operação antes de devolvê-la ao Poder Concedente, a partir do momento em que o ativo construído se torna operacional considerando a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu R\$2.464 a título de provisão para manutenção (R\$1.194 em 31 de dezembro de 2016). A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início previsto até 31 de dezembro de 2017 é de 14,25% a.a (14,25% a.a em 31 de dezembro de 2016). A estimativa da Companhia quanto ao prazo de desembolso dos valores provisionados, até a data base destas demonstrações contábeis é de, 08 anos, que considera o volume de tráfego nos trechos já duplicados e seu consequente desgaste.

21. PROVISÃO AMBIENTAL: A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do mesmo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconhece R\$3.526 (R\$800 no passivo circulante e R\$2.726 no passivo não circulante), em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu R\$3.526 (R\$800 no passivo circulante e R\$2.726 no passivo não circulante), trazido a valor presente, a título de provisão ambiental. De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), a Companhia iniciou o dispêndio dos recursos relacionados ao projeto em fevereiro de 2016 com a conclusão prevista para dezembro de 2022. A taxa para cálculo do valor presente é de 13,75% a.a.

22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA: A Companhia possui no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 as transações não caixa conforme segue abaixo.

	31/12/2017	31/12/2016
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	4.739	39.527
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	104.146	97.747

23. CONTRATO DE CONCESSÃO: O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão ("Sistema Rodoviário"), em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão firmado pela Companhia junto à União Federal ("Poder Concedente") por intermédio da ANTT. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente. Encerrado o prazo de concessão, serão entregues à União todos os Bens Reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e encargos, e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão. Este contrato possui cláusulas que restringem a alienação e aquisição dos bens da concessão. Como parte do Contrato de Concessão a Companhia assumiu os compromissos e responsabilidades descritos na Nota Explicativa nº18. O primeiro reajuste contratual da Companhia ocorreu em 15 de julho de 2016, data do reajuste de 4,35%

em relação a tarifa anterior, conforme Resolução ANTT nº 5143, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 do mesmo mês, aprovou a 1ª Revisão Ordinária e a 3ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio – TBP do Contrato de Concessão. A data-base para os reajustes seguintes serão realizados sempre no dia 30 de julho do ano corrente do período sob concessão. O Contrato de Concessão prevê que seja garantido à Companhia a possibilidade de requerer reequilíbrio contratual, quando necessário, para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão. Em contrapartida, também rege que a Companhia está sujeita a penalidades caso descumpra as obrigações firmadas junto ao Poder Concedente. A tarifa de pedágio será reajustada para incorporar a variação do IPCA, com base em fórmula que considera fatores de desempenho relacionados ao Contrato de Concessão.

24. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO: As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu R\$126.667, como receita de construção (R\$216.473 em 31 de dezembro de 2016) e como margem de construção R\$1.254 (R\$2.142 em 31 de dezembro de 2016). O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. O custo total incorrido da construção da infraestrutura até 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.657.868 (R\$1.435.654 em 31 de dezembro de 2016), incluindo R\$671 (R\$963 em 31 de dezembro de 2016) referentes a adiantamento concedido a fornecedores.

A Diretoria.
Leandro Ferreira Gonçalves
Contador - CRC RJ- 105435/0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos:
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040
Nova Lima - MG

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional
Chamamos a atenção para as Notas explicativas nºs. 1.a. e 10 às demonstrações contábeis, que indicam que em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 959.349 mil causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos no montante de R\$ 945.798 mil. Conforme apresentado nas Notas explicativas nº1.a. e 10, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nestas mesmas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode suscitar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Ênfases
Investigação do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.c às demonstrações contábeis, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Greenfield, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Descontinuidade da Concessão através de relicitação do contrato de concessão

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.b, onde a Administração da Companhia informa que protocolou junto a ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre (Poder concedente) o pedido de adesão ao processo de relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG, em conformidade com a Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017, visando a devolução da concessão. Até a data da divulgação dessas demonstrações contábeis, não houve manifestação do Poder concedente quanto a aceitação do pedido protocolado pela Companhia, e, consequentemente, ainda não estão definidas as regras para a realização da relicitação, em

particular, a definição da metodologia de indenização dos bens reversíveis. Dessa forma, conforme mencionado na Nota explicativa nº. 8, a Administração da Companhia adotou, para mensuração dos seus ativos e passivos o critério de continuidade das operações e efetuou o teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017. Tal premissa tem como entendimento, entre outros, a recuperabilidade dos montantes investidos pela Companhia até o momento da referida relicitação. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA
Conforme descrito na Nota Explicativa nºs 8 - "Intangível", a Companhia possui montantes significativos de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, que representam 95% do total dos ativos. Em 31 de dezembro de 2017, a situação financeira da Companhia, o pedido de relicitação nos termos da Lei nº 13.448 de 2017 ocorrido em 11 de setembro de 2017, atrelados ao crescimento econômico do Brasil, eram indicativos de que o valor contábil desses ativos pudesse exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível realizado em 2016.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis, já que na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, já que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo, bem como a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752).

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752). Também revisamos outras premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis

tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - MG
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - MG



ANUNCIE AQUI (31) 3236-8001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO AZUL/MG. Torna público o Contrato nº 27/2018 - Processo Administrativo 23/2018. Adesão 003/2018. Objeto: Prestação de serviços de publicação de atos administrativos desta municipalidade no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e em Jornal de Grande Circulação. Contratado: INSTITUTO ZURIEL CAPACITAÇÃO E PUBLICAÇÕES EIRELI - EPP. Valor Global: R\$ 67.400,00 (Sessenta e sete mil e quatrocentos reais). Campo Azul, 20 de Março de 2018.

Edital de Leilão
Prefeitura Municipal de Luminárias
Edital de Leilão 001/2018 - O Leiloeiro Fernando C. Moreira Filho, JUCEMG 445, torna público que levará a leilão ONLINE em 19/04/2018, às 13:00, através do site www.fernandoleiloeiro.com.br, os bens inservíveis desta Prefeitura, sendo veículos e bens diversos. Local de visitação: Almoxarifado da Prefeitura, com endereço na Rua Francisco da Silveira, nº 118, Bairro Centro, Luminárias/MG. Dias de visitação: 12/04/2018 a 19/04/2018 no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.fernandoleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2001.

Edital de Leilão
Prefeitura Municipal de Pouso Alto
Edital de Leilão 001/2018 - Leiloeiro Jonas Gabriel Antunes Moreira, JUCEMG 638, torna público que levará a leilão em 10/04/2018, às 13:00 horas, área do restaurante-BR 354, s/n, Pouso Alto/MG, seus bens inservíveis, sendo veículos diversos e lote de sucatas. Local de visitação: Setor de Transportes do Município- Pátio da Santa Casa-BR 354, s/n, Pouso Alto/MG. Dias de visitação: 03/04/2018 a 10/04/2018 no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.jonasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3402-2001.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE CHAPAS REGISTRADAS
O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG. Código Sindical nº 915.011.091.07168-2, inscrito no CNPJ sob o nº 19.720.838/0001-88, com sede na Rua Bias Fortes, nº 405, São Sebastião, em Conselheiro Lafaiete/MG, CEP: 36.400-000, na forma do art. 5º e 9º, de seu Estatuto Social, faz saber que, conforme Edital de Convocação publicado no dia 16 de março de 2018, foi disponibilizado prazo de três dias para registro de Chapas para eleição da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados Representantes e respectivos suplentes, a qual ocorrerá no dia 10 de abril de 2018. Encerrado o prazo de registro, foi registrada apenas uma chapa, denominada Chapa 1, com os seguintes integrantes e cargos pretendidos: **DIRETORIA:** Matheus Almeida de Rezende (Presidente), Francisco Xavier de Souza (Secretário Geral), Raimundo Euzébio Pinto (Tesoureiro); **DIRETOR SUPLENTE:** Geraldo Bento Pinto; **CONSELHO FISCAL:** Joaquim Margarida Moreira, Nestor Alvim dos Santos, Getúlio de Souza; **SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL:** Alvaro Augusto de Souza, Joaquim Vandano das Neves, Sebastião Ananias; **DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO A FEDERAÇÃO:** Matheus Almeida de Rezende (Efetivo), Francisco Xavier de Souza (Efetivo), Raimundo Euzébio Pinto (Suplente), Geraldo Bento Pinto (Suplente). Fica aberto o prazo de dois dias para impugnação, nos termos do art. 5º. A referida impugnação poderá ser formulada por qualquer associado, mediante representação escrita dirigida ao Presidente e entregue na Secretaria Eleitoral, que funcionará na Sede deste Sindicato, das 08:00 às 18:00h. Conselheiro Lafaiete, 23 de março de 2018. Ernane Geraldo Dias - Coordenador das Eleições.

EDITAL RESUMIDO ELEIÇÕES SINDICAIS
Pelo presente edital, na forma do estatuto do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Juiz de Fora-MG, o Presidente convoca os que tiverem conhecimento, ou vierem a ter, a participar no dia 23 de abril de 2018, das 9 às 16h, na sede social sito na Rua Barão de Cataguases, 46/48, Santa Helena, Juiz de Fora/MG e através de uma itinerante especialmente designada, a participar das eleições da entidade sindical, para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados do Conselho de Representantes, efetivos e suplentes, nos termos do art. 58 e seguintes do estatuto, ficando aberto a partir do dia seguinte ao da publicação presente o prazo contínuo e ininterrupto de 05 (cinco) dias para solicitação de registro de chapa aos interessados, o que deverá ocorrer das 9h às 11h, mediante requerimento de registro de chapa em 02 (duas) vias conforme modelo próprio fornecido pela entidade sindical, acompanhado de todos os documentos exigidos pelo art. 66, parágrafo único do Estatuto da entidade. Não será aceito pedido de registro de chapa incompleta. O prazo para impugnação das chapas registradas será de 03 (três) dias a contar do dia seguinte ao da publicação do edital com indicação das chapas registradas. Não havendo quorum em primeira convocação ou havendo empate, a eleição será realizada em segunda convocação no mesmo local e condições, no dia 24 de abril de 2018. Por fim, não havendo quorum na segunda convocação, realizar-se-á a eleição em terceira e última chamada no dia 25 de abril de 2018, com qualquer número de votantes. Tratando-se de chapa única, a eleição realizar-se-á em primeira convocação com qualquer número de votantes. A minuta integral do edital estará disponível na sede da entidade aos interessados.
Juiz de Fora, 22 de março de 2018. Edivaldo da Silva Dornelas, Presidente.

LEILÃO DE IMÓVEL BANCO **inter**
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG
PRESENCIAL E ON-LINE
1º LEILÃO: 10/04/2018 - 11:00h - 2º LEILÃO: 12/04/2018 - 11:00h
EDITAL DE LEILÃO
Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Mat. JUCEMG nº 1030, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo Presencial e Online o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições: **MÓVEL:** Apartamento nº 101 (cento e um), do Edifício "Hely de Brito", com frente para Rua dos Expedicionários, nº 1387 - Bairro Promissão, com área privativa principal total de 79,04m², área de uso comum 4,17m², área total 83,21m², com vaga de garagem acessória descoberta de nº 01, e a sua respectiva fração ideal de 0,02226 do terreno formado pelos lotes nº 03 (três) e nº 04 (quatro), da quadra nº 10 (dez), situado no Bairro da Promissão da 1ª seção, na cidade de Lagoa Santa/MG, com os seguintes limites, áreas e confrontações: lote nº 03 (três): pela frente, na extensão de 15,00 metros, com a Rua A; pela direita, na extensão de 34,00 metros, com o lote 2; pela esquerda, na extensão de 34,00 metros, com o lote nº 4; e pelos fundos, na extensão de 15 metros, com o lote nº 05, com a área total de 510,00m²; e o lote 04 (quatro): pela frente, na extensão de 15,00 metros, com a Rua A; pela direita na extensão de 34,00 metros, com o lote 03 pela esquerda, na extensão de 34,00 metros para a Rua 02; e, pelos fundos, na extensão de 15,00 metros, com o lote nº 05, com a área total de 510,00m². Imóvel objeto da Matrícula nº 38.501 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lagoa Santa/MG. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DATA DOS LEILÕES:** 1º Leilão: dia 10/04/2018, às 11:00 horas, e 2º Leilão dia 12/04/2018, às 11:00 horas. **LOCAL:** Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402 - Estoril - CEP 30494-080 - Belo Horizonte/MG. **DEVEDOR FIDUCIANTE:** BIG HOUSE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, empresa de sociedade limitada, inscrita no CNPJ nº 11.426.165/0001-46, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1852, Bairro Joana D'Arc, em Lagoa Santa/MG. **CREADOR FIDUCIÁRIO:** Banco Inter S/A, CNPJ: 00.016.968/0001-01. **DO PAGAMENTO:** No ato da arrematação o arrematante deverá emitir 01 cheque caução no valor de 20% do lance. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito em cheque ou TED, na conta do conteúdo vendedor a ser indicada pela leiloeira, sob pena de perda do sinal dado. Após a compensação dos valores o cheque caução será resgatado pelo arrematante. **DOS VALORES:** 1º leilão: R\$320.000,00 (trezentos vinte mil reais) 2º leilão: R\$ 160.000,00 (cento sessenta mil reais), calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DA LEILOEIRA:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão da leiloeira, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da Lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465/2017. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilitar-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão presencial, juntamente com os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documental, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização caso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão da comissão da leiloeira, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrematamento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida à Leiloeira (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá a Leiloeira emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3360-4030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, 12/03/2018.
www.francoleiloes.com.br Ligar para: (31) 3360-4030

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE DENTRO/MG
Aviso de Licitações
A Prefeitura Municipal de Curral de Dentro/MG torna público a realização de licitações nas modalidades: **PREGÃO PRESENCIAL 020/2018**, tipo menor preço por lote, destinado ao **O REGISTRO DE PREÇO** para eventual aquisição de peças e serviços mecânicos, elétricos, lanternagem, alinhamento, balanceamento, injeção eletrônica, cabeçotes e outros para manutenção da frota municipal, cujo credenciamento se dará às 09:00 horas do dia 09 (nove) de abril de 2018. **PREGÃO PRESENCIAL 021/2018**, tipo menor preço por item, destinado ao **REGISTRO DE PREÇO** para eventual aquisição de medicamentos, materiais e equipamentos permanentes diversos (Hospitalar, Odontológico, Laboratório, fisioterapia e outros), para manutenção das unidades de saúde do município, conforme especificado no Edital, cujo credenciamento se dará às 08:00 horas do dia 10 (dez) de abril de 2018. Maiores informações, bem como Editais completos, junto a Prefeitura Municipal de Curral de Dentro/MG, com sede na Avenida João Alves Gomes, 44 - Centro, pelo telefone (38) 3845-9419, e-mail pmcdlicita@gmail.com ou site www.curraldentro.mg.gov.br - Curral de Dentro/MG, 22 de março de 2018. Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG. Republicação TP Nº 002/2018. Objeto: Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços referentes à execução de drenagem da Rua São Sebastião, no Distrito de Bandeirantes, Município de Mariana/MG. Abertura: 12/04/2018 às 13:45h. Contrato de financiamento BDMG/BF nº 240.26517. Informações e Edital na sala da CPL, mesmo local onde encontra-se o Edital. Praça JK, S/Nº, Centro de 08h às 17h, site: www.pmmariana.com.br, e-mail: licitacao@prefeitura-demariana@gmail.com. Tel: (31) 3557-9055. Mariana, 22 de Março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o Pregão Presencial - nº 024/2018, **destinando itens para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48 da LC147/14.** Objeto: aquisição de 17.550 (dezesete mil, quinhentos e cinquenta) cestas de frutas e legumes. Data de realização **05/04/2018 às 09:30 hs.** O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em **Transparência/Publicações.** Nova Lima, 22 de Março de 2018. Pregoeiro.

Edital de Leilão
SICOOB CREDIVASS
Edital de Leilão 001/2018 - Leiloeiro Fernando C. Moreira Filho, JUCEMG 445, torna público que levará a leilão online em 09/04/2018, seu bem imóvel: Casa residencial com área de 295,00m² em Pouso Alegre/MG. Informações, fotos e edital no site: www.fernandoleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2001.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO AZUL/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Torna público que realizará Processo Licitatório nº 04/2018 - Pregão Presencial nº 01/2018. Objeto: Locação de 01 (um) veículo automotor, sem motorista, incluindo a manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de combustível, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I do Edital. Credenciamento: 06/04/2018, às 08:00 horas. Sessão oficial: 06/04/2018, às 08:15 horas. Edital e informações: Das 08:00 horas até às 13:00 horas, e-mail: camaracazul@yahoo.com.br. Fone: (38) 3231-8165.
Thayslane Vieira de Almeida
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG
Pregão Presencial nº 024/2018 - Procedimento Licitatório nº 108/2018
Sessão Oficial dia 11/04/2018 às 08:00hs. Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de medicamentos através de maior desconto percentual sobre o valor de referência do PF - Preço Fábrica e PMVG - Preço Máximo de Venda ao Governo da Tabela da CMED/ANVISA - Minas Gerais, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de São João Batista do Glória/MG". O Edital poderá ser retirado pelo site: www.gloria.mg.gov.br ou retirado na sede da Prefeitura Municipal. Informações pelo telefax (35) 3524-0908. São João Batista do Glória/MG, 22/03/2018
Natalia dos Santos Oliveira - Pregoeira substituta

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Torna público a abertura do Pregão Presencial 17/2018, Processo Licitatório nº 031/2018, no dia 09/04/2018 às 09h30min, com credenciamento a partir das 09h. Objeto: fornecimento de conjunto de abastecimento, incluindo bombas de abastecimento industrial, caixa spill box e o fornecimento de tanque com capacidade para 15.000 litros de combustível, bipartido, 9.000 / 6.000, para armazenamento de diesel S10 e gasolina, em proveito das secretarias municipais da prefeitura municipal de Lagoa Santa - MG. O edital na íntegra estará disponível na Rua São João, 290 - Centro, no horário de 12h às 17h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br - Euvani Lindour Pereira/Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA - AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial nº023/2018 - Processo Licitatório nº 030/2018. A Prefeitura Municipal de Pirapora/MG torna Público o Pregão Presencial nº 023/2018, objetivando a contratação de instituição bancária para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura Municipal de Pirapora. A entrega e abertura dos envelopes será no dia **09/04/2018 às 09:00h.** O presente edital poderá ser obtido no seguinte endereço eletrônico: www.pirapora.mg.gov.br e demais esclarecimentos na Rua Antônio Nascimento, 274- Centro, nos dias úteis de segunda a sexta-feira das 12:00h às 18:00h ou pelo telefone (38) 3740-6121.
Pirapora/MG, 22/03/2018 -Ailton Barreto - Pregoeiro Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O presidente do Instituto Cabo Valério de Cidadania - ICVC, José Ulisses da Silva, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso I do artigo 21, convoca seus associados para Assembleia Geral a ser realizada no dia 06 de abril de 2018 às 15:00 horas, em primeira chamada, e às 16:00 horas em segunda chamada nos termos do parágrafo 2º do artigo 19, a ser realizada na Rua Álvares Maciel, 108, Santa Efigênia, Belo Horizonte, Mina Gerais para as finalidades do artigo 19 inciso I e VI, e o artigo 20 inciso I, todos do Estatuto da referida entidade.
A assembleia deliberará somente o contido neste edital.

Belo Horizonte, 23 de março de 2018

José Ulisses da Silva
José Ulisses da Silva
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS
EXTRATO DE EDITAL - Pregão Presencial nº 002/2018 - A Câmara Municipal de Rio Pardo de Minas-MG, torna público que fará realizar no dia 11 de abril de 2018, às 09:00 h., licitação na modalidade pregão presencial tipo menor preço por lote, sob a regência da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Objeto: Aquisição de materiais de consumo (cantina/limpeza) para manutenção dos serviços desta Câmara Municipal de Rio Pardo de Minas-MG. Maiores informações, bem como edital completo, junto a Câmara Municipal, com endereço à Rua Waldemir Patrício de Souza - 30 - Jaqueira - Rio Pardo de Minas - MG. Telefax (38) 3824-1184 e email: gamararpm@bol.com.br
Rio Pardo de Minas, 22 de março de 2018. José Maria Costa - Pregoeiro.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e o Mobiliário do Sul de Minas, inscrito no CNPJ sob número 25.635.707/0001-03, com sede e foro na Rua Dr. David Benedito Ottoni, nº 278, Bairro Jardim dos Estados, Poços de Caldas/MG, CEP 37701-069, neste ato representado por seu diretor-presidente, Sr. Maurício dos Santos de Assis, faz saber que nos dias 02 de abril de 2018, no horário de 08:30 às 17:00 horas, ininterruptamente, serão realizada eleição suplementar nesta Entidade, para composição dos cargos vice-presidente e vice-tesoureiro. Fica aberto o prazo de 03 (três) dias consecutivos, que correrá a contar da publicação deste Edital, conforme art. 78 do estatuto social da entidade, para o registro de chapas que queiram concorrer ao pleito. O requerimento, acompanhado de todos os documentos exigidos para o registro da chapa, deverá ser dirigido ao Coordenador das eleições, podendo ser assinado por qualquer componente da Chapa. No período destinado ao registro de chapas(s), permanecerá na secretaria do Sindicato, na Rua Dr. David Benedito Ottoni, nº 278, Bairro Jardim dos Estados, Poços de Caldas/MG, CEP 37.701-069, no horário compreendido entre 14:00 e 17:00 horas, pessoa habilitada para prestar informações, receber documentos e fornecer recibos concernentes ao processo eleitoral. O prazo para impugnação de candidaturas é de 02 (dois) dias, contados da data da afixação no quadro de aviso da entidade ou publicação em jornal da relação nominal da(s) chapa(s) registrada(s). Para coleta de votos funcionará 01 (uma) mesa coletora de votos, itinerante que percorrerá o itinerário a ser estabelecido pelo coordenador eleitoral dentro da base territorial abrangida pela entidade. Caso não seja obtido "quórum" estatutário em primeira votação, a segunda votação será realizada no dia 09 de abril de 2018, no horário de 08:00 às 17:00 horas, ininterruptamente. Para coleta de votos funcionará 01 (uma) mesa coletora de votos, itinerante que percorrerá o itinerário a ser estabelecido pelo coordenador eleitoral dentro da base territorial abrangida pela entidade. Em caso de empate entre as chapas mais votadas, será realizada nova eleição no dia 16 de abril de 2018, no horário de 08:30 às 17:00 horas, ininterruptamente. Para coleta de votos funcionará 01 (uma) mesa coletora de votos, itinerante que percorrerá o itinerário a ser estabelecido pelo coordenador eleitoral dentro da base territorial abrangida pela entidade. A apuração da eleição será realizada logo após o término da votação.
Poços de Caldas, 23 de Março de 2018. **Maurício dos Santos de Assis - Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG
Aviso de licitação Processo Licitatório nº 10/2018 - Concorrência 02/2018. Menor Preço Global. Empreitada por preço unitário. Contratação de empresa especializada em serviços gerais com fornecimento de material para construção, extensão, manutenção, adequação e adaptação dos sistemas de drenagem pluvial das vias públicas do município de Lavras/MG. Data de apresentação de envelopes e julgamento: 14h00min do dia 30/04/2018. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefax: (35) 3694-4023.
Rodrigo Moreti Pedroza - Gerente de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/18. Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Promover o registro de preços para contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de combustíveis para abastecimento dos veículos que compõem ou que venham a compor a frota municipal. Valor Estimado: R\$ 1.641.454,79. Credenciamento: Dia 06/04/17 às 09h00min às 09h15min. Abertura da Sessão de Disputa: Dia 06/04/17 às 09h16min. O Edital já se encontra disponível e poderá ser obtido à Praça Getúlio Vargas, 114/2º andar, Centro, Esmeraldas/MG. Informações: comprasemeraldas@gmail.com.
Bruna Flávia Ferreira Xavier - Pregoeira.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/18. Tipo: Menor Preço por Lote. Objeto: Promover Registro de Preços, para contratação de empresa prestadora de serviços de locação de equipamentos de som, iluminação, tablado, tenda e demais estruturas para realização de eventos e projetos culturais diversos para atender as demandas da SMECEJ (Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Juventude). Valor Estimado: R\$ 652.766,66. Credenciamento: Dia 06/04/17 de 14h00min às 14h15min. Abertura da Sessão de Disputa: Dia 06/04/17 às 14h16min. O Edital já se encontra disponível e poderá ser obtido à Praça Getúlio Vargas, 114/2º andar, Centro, Esmeraldas/MG. Informações: comprasemeraldas@gmail.com.
Bruna Flávia Ferreira Xavier - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ/MG
Tomada de Preço nº 006/2018 - Processo nº 066/2018 - Requiritante: SMPOU - Objeto: Contratação de empresa especializada para reforma da Policlínica Dr. Biagio Montesano, localizada na Rua Silvério Campos, no bairro Safira, na cidade de Muriaé-MG - Abertura da sessão de licitação dia 10/04/2018 às 08:30 horas, na Sala de Reuniões do Depto. de Licitações, situado na Av. Maestro Sansão, 236, 3º Andar, Ed. Centro Administrativo "Pres. Tancredo Neves", Centro, Muriaé, MG - O Edital poderá ser obtido no site www.muriaemg.gov.br e no Depto. de Licitações, no horário de 13:00h às 17:00h - Maiores informações pelo telefone (32) 3696-3317
Pregão Presencial nº 055/2018 - Processo nº 067/2018 - Requiritante: SMPOU - Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de materiais de construção para uso nos obras municipais - Abertura da sessão de licitação dia 06/04/2018 às 08:30 horas, na Sala de Reuniões do Depto. de Licitações, situado na Av. Maestro Sansão, 236, 3º Andar, Ed. Centro Administrativo "Pres. Tancredo Neves", Centro, Muriaé, MG - O Edital poderá ser obtido no site www.muriaemg.gov.br e no Depto. de Licitações, no horário de 13:00h às 17:00h - Maiores informações pelo telefone (32) 3696-3317
Pregão Presencial nº 060/2018 - Processo nº 072/2018 - Requiritante: Demutran - Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de tintas e materiais para pintura de demarcação viária, lâmpada de LED para semáforo, entre outros para implantação e manutenção de sinalização vertical e horizontal - Abertura da sessão de licitação dia 10/04/2018 às 13:30 horas, na Sala de Reuniões do Depto. de Licitações, situado na Av. Maestro Sansão, 236, 3º Andar, Ed. Centro Administrativo "Pres. Tancredo Neves", Centro, Muriaé, MG - O Edital poderá ser obtido no site www.muriaemg.gov.br e no Depto. de Licitações, no horário de 13:00h às 17:00h - Maiores informações pelo telefone (32) 3696-3317

Pregão Presencial nº 061/2018 - Processo nº 073/2018 - Requiritante: Secretarias Municipais - Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de material de escritório para uso das setores municipais - Abertura da sessão de licitação dia 11/04/2018 às 08:30 horas, na Sala de Reuniões do Depto. de Licitações, situado na Av. Maestro Sansão, 236, 3º Andar, Ed. Centro Administrativo "Pres. Tancredo Neves", Centro, Muriaé, MG - O Edital poderá ser obtido no site www.muriaemg.gov.br e no Depto. de Licitações, no horário de 13:00h às 17:00h - Maiores informações pelo telefone (32) 3696-3317
Pregão Presencial nº 062/2018 - Processo nº 074/2018 - Requiritante: SMS - Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de material de ambulatório para distribuição nas Unidades Básicas de Saúde - Abertura da sessão de licitação dia 12/04/2018 às 08:30 horas, na Sala de Reuniões do Depto. de Licitações, situado na Av. Maestro Sansão, 236, 3º Andar, Ed. Centro Administrativo "Pres. Tancredo Neves", Centro, Muriaé, MG - O Edital poderá ser obtido no site www.muriaemg.gov.br e no Depto. de Licitações, no horário de 13:00h às 17:00h - Maiores informações pelo telefone (32) 3696-3317
Ioannis Konstantinos Grammatikopoulos - Prefeito Municipal

Extravio de Documentos

Fortelyne Sistemas de Segurança Ltda com endereço a rua Rômulo de Azevedo, 174, bairro Santo Antônio, Pedro Leopoldo- MG Cep 33600-000 comunica o extravio de Notas Fiscais de prestações de serviços série A, referente aos números 000276 a 000450. O extravio foi devidamente registrado na Delegacia de Polícia Civil de Pedro Leopoldo em 19/03/2018 através de Boletim de Ocorrência Policial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALIA

Proc. Licitatório nº 013/2018, Pregão Presencial nº 011/2018, Registro de Preço nº 004/2018. Objeto: Eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios em geral para atender a merenda escolar nas escolas municipais, creches e atendimento a diversas Secretarias do Município de Cristália/MG, conforme especificações constantes do edital. Credenciamento: 06/04/2018, a partir das 09h. E-mail: licitacao@crystalia.mg.gov.br ou Site: www.crystalia.mg.gov.br. Cristália/MG, 21 de março de 2018. Pregoeiro: Edilson Braz de Sousa.

EDITAL DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO DE MADEIRAS E LENHA DE SANTA BÁRBARA-MG, CNPJ 18.266.239/0001-73, com sede à Rua Vista Alegre, nº 12, Bairro Tenente Carlos, Santa Bárbara, Minas Gerais, CEP: 35.960-000, em cumprimento ao disposto no artigo 8º, IV e 149, ambos da Carta Magna; aos dispositivos pertinentes do Código Tributário Nacional; aos artigos 578 e seguintes da CLT; ao art. 602 da CLT e observado o procedimento previsto no artigo 605 da norma celetista, comunica a todas as EMPRESAS QUE ATUAM NAS INDÚSTRIAS DA EXTRAÇÃO DE MADEIRA E LENHA, que tenham empregados da categoria representada por este sindicato na sua respectiva base territorial, que a contribuição sindical de seus obreiros, associados ou não, deve ser descontada na folha de pagamento do mês de março de 2018 e recolhida até o fim do mês de abril de 2018, na importância correspondente a 01 (um) dia de trabalho de cada trabalhador (1/30 (um trinta avos) do salário/venimento do mês do desconto), tudo, conforme prévia e expressamente autorizado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia: 15/03/2018, na sede do Sindicato situado à Rua Vista Alegre, nº 12, Bairro Tenente Carlos, Município de Santa Bárbara-MG, CEP- 35.960-000, no particular, respeitando integralmente a Lei 13.467/17. A referida contribuição sindical deverá ser recolhida em guia própria contendo o código sindical nº 004.092.01763-3, recolhendo os valores descontados à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil, ou aos estabelecimentos bancários nacionais, integrantes do sistema de arrecadação de tributos federais (art. 586 da CLT), em nome do O SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA EXTRAÇÃO DE MADEIRAS E LENHA DE SANTA BÁRBARA, MINAS GERAIS, CNPJ- 18.266.239/0001-73, conforme determinações legais aplicáveis, tudo, sob as penas da Lei, inclusive, com a cobrança executiva judicial, acrescido de juros e correção monetária. As guias pagas devem ser remetidas à entidade sindical, em conjunto a relação nominal dos contribuintes ou cópias das folhas de pagamento, com o valor da remuneração do mês de recolhimento, o desconto e a função de cada empregado, respeitando-se, para tanto, o prazo máximo de 30 dias após o desconto. No caso de existência de débitos em atraso, o acerto pode ser realizado diretamente na sede da entidade, no endereço inicialmente citado. Santa Bárbara, 19 de março de 2018. Antonio Francisco Marques (Djavan) - Presidente.

Edital de Convocação da Assembleia Geral Eletiva.

O Presidente da Liga Esportiva Eclética de Juatuba (LEEJ), no uso de suas atribuições legais e estatutárias e em cumprimento no disposto no Estatuto da entidade, artigo 21, c/c lei 9615/98 e decreto 2274/98 que regulamentou, resolve: Convocar os membros filiados, em pleno gozo de seus direitos, regulamente aptos e juridicamente com Diretorias constituídas Conforme estatuto e lei, para Assembleia Geral Ordinária Eletiva que se realizará no dia 28 abril de 2018 às 9:30 horas em primeira convocação e às 10:30 horas em segunda convocação com qualquer número de membros presentes na sede da entidade situada à rua Geraldo Araújo, nº45, bairro Cidade Nova II, Juatuba/MG. O término da eleição será às 12:00 horas ou antes se os clubes regularmente inscritos já estiverem votados. A Assembleia Geral eletiva, ora convocada, tem como objeto eleger o Presidente, o Vice-Presidente, Membros do conselho fiscal efetivo (3) e suplentes (3) da Liga Esportiva Eclética de Juatuba, para quadriênio de 05/01/2019 a 05/01/2023, obedecendo as instruções para o processo eleitoral baixados pela Diretoria e Comissão Eleitoral. As chapas que concorrerão à eleição deverão ser registradas no setor de protocolo da entidade no horário de 13:00 horas às 17:00 aos dias 26/03/2018 a 04/04/2018 instruídos com a documentação determinada pelo art 11 (Nº 01 a 04 seguindo das letras A, B, C, D, E, F) do estatuto da Liga. As instruções a serem baixadas pela Diretoria, serão publicadas no quadro de aviso da entidade no prazo a partir do dia 26/03/2018. O colégio eleitoral também ficará no quadro de avisos. Prazo para impugnação das chapas será de 5 (cinco) dias. Juatuba, 23 de março de 2018, Geraldo Ricardo de Lima (Presidente).

EDITAL CONJUNTO DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA A DIREÇÃO GERAL, O CONSELHO DE REPRESENTANTES E PARA O CONSELHO FISCAL DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE, MONTES CLAROS E OURO BRANCO- APUBH

O SINDICATO DOS PROFESSORES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE, MONTES CLAROS E OURO BRANCO - APUBH, pessoa jurídica de direito privado com sede em Belo Horizonte, MG, na Rua Artur Itabirano, 70, bairro São José/Pampulha, por intermédio de sua Diretoria Executiva, no uso de suas atribuições e em obediência ao preconizado no art. 59 do estatuto da entidade, convoca todos os seus associados com direito a voto, para as eleições da Direção Geral, do Conselho de Representantes e do Conselho Fiscal da entidade, mandato do biênio 2018/2020; a se realizarem em processos eleitorais distintos e concomitantes nos dias 15 e 16 de maio de 2018 (terça e quarta-feira). As mesas coletoras de votos serão instaladas nas unidades abaixo informadas e funcionarão nos respectivos horários: **Pampulha: (Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte-MG) - 8h às 17:00h** - Faculdade de Farmácia; Escola de Educação Física e Terapia Ocupacional (sendo duas urnas uma na Escola de Educação Física e uma na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional); Escola de Veterinária; Centro Pedagógico; Reitoria; Faculdade de Odontologia; Colégio Técnico; **8h às 20:00h** - - Escola de Música; Escola de Belas Artes; Faculdade de Educação; Faculdade de Letras; Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; Instituto de Ciências Biológicas; Instituto de Ciências Exatas (três urnas: sendo duas no prédio principal e uma no ICEX Química); Instituto de Geociências; Faculdade de Ciências Econômicas; Escola de Engenharia; Escola de Ciência da Informação; **15h às 20:00h** - Teatro Universitário; **Centro - 8h às 17:00h** - Escola de Arquitetura (Rua Paraíba, 697, Funcionários, Belo Horizonte - MG); **Subsede** (sala 31 da Faculdade de Medicina, Av. Alfredo Balena, 190); **8h às 20:00h** - Faculdade de Direito (Av. João Pinheiro, 100, Centro, Belo Horizonte - MG); Faculdade de Medicina (Av. Alfredo Balena, 190 - Campus Saúde, Belo Horizonte - MG); Escola de Enfermagem (Av. Alfredo Balena, 190 - Campus Saúde, Belo Horizonte - MG); Hospital das Clínicas (Av. Alfredo Balena, 110 - Campos Saúde); **8h às 20:00h** - Faculdade da **Cidade de Montes Claros - MG** - Instituto de Ciências Agrárias (Av. Universitária, 1000- Bairro Universitário- Montes Claros - MG); **Cidade de Ouro Branco - 13h às 18:00h** (Rodovia MG 443 KM 7 s/n Campus Alto Paraopeba- Ouro Branco-MG; **Sede da APUBH - 8h às 20:00h** - (Rua Artur Itabirano, 70, bairro São José/Pampulha.). A inscrição das chapas deverá ser feita na sede do sindicato sito à Rua Artur Itabirano, 70, bairro São José/Pampulha, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, no horário de **09h00 (nove) as 18:00 (dezoito) horas**, mediante requerimento endereçado à comissão eleitoral, observadas as exigências e formalidades previstas no Estatuto da entidade. O horário e a data limite para a inscrição das chapas é o seguinte: **18h00 (dezoito horas) do dia 16 de abril de 2018**. Belo Horizonte, 23 de março de 2018. Diretoria Executiva do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco- APUBH.

CEMITÉRIO PARQUE DA SERRA LTDA

CNPJ: 03.522.264/0001-01
Assembleia/Reunião de sócios - Em atenção ao disposto no artigo 1.072 do Código Civil, Lei nº 10406/02, são convocados os sócios para reunião/assembleia geral ordinária que se realizará no dia 19 de abril de 2018, às 17 horas, em primeira convocação, em sua sede social, na Estrada dos Batistas, nº 200, bairro Xavante, Divinópolis - MG. CEP 35501-638; e em segunda convocação, com qualquer quorum, às 17h30min, da mesma data e local, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Prestação de contas do administrador e apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; 2) Outros assuntos de interesse da sociedade. Comunico que se encontram à disposição dos sócios, na sede social, cópia das Demonstrações Financeiras/Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Divinópolis, 16 de março de 2018. **Mário Lúcio Reis Gontijo - Administrador**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM FELÍCIO/MG

A P.M. Joaquim Felício torna público que fará realizar no dia 09/04/2018, às 09:00 hrs, o Prc Licitatório nº. 024/2018, Pregão Presencial nº. 009/2018, para registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus e câmaras de ar. **Edital exclusivo para ME/EPP**. O edital completo está disponível à Av. Getúlio Vargas, 135 - Centro - nesta cidade. Eliana Colen Pimenta de Abuabara - Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM FELÍCIO/MG

A P.M. Joaquim Felício torna público que fará realizar no dia 09/04/2018, às 14:30 hrs, o Prc Licitatório nº. 025/2018, Pregão Presencial nº. 010/2018, para contratação de empresa para prestação de serviço de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva em bombas submersas, incluindo fornecimento e substituição de peças - maior desconto sobre tabela. **Edital exclusivo para ME/EPP**. O edital completo está disponível à Av. Getúlio Vargas, 135 - Centro - nesta cidade. Eliana Colen Pimenta de Abuabara - Prefeita Municipal.

CIA. PARAENSE DE EMPREENDEIMENTOS

CNPJ: 20.134.177/0001-98

AVISO: Encontram-se à disposição dos Acionistas os Documentos do Art. 133 da Lei das S.A. **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**. Ficam Convocados os Acionistas para comparecer na sede social sito à Rua Expedicionários, 72, Centro, Pará de Minas às 08:00h de 30/04/2018 para: 1- Apreciarem e votarem as Contas Sociais de 2017; 2 - Eleição da Diretoria para novo Biênio; 3 - Outros assuntos de interesse social. Pará de Minas, 20 de Março de 2018. A Diretoria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME/MG, por meio da sua Assessoria de Licitações e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **CHAMADA PÚBLICA 003/2018**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - EMPREENDEDOR RURAL - E DE SUAS ORGANIZAÇÕES**. Conforme especificações do ANEXO I do edital. A abertura está prevista para o dia 13/04/2018, às 14:00 horas. Cópia do Edital poderão ser adquiridas até o dia 13/04/2018, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de **08:00 às 16:00 hs**, ao preço de R\$ 10,00 **mais taxa de expediente** e/ou gratuitamente pelo e-mail licitacao@mateusleme.mg.gov.br. Outras informações pelos telefones (31) 3537-5805 - 3537-5829. Adm. Sérgio Guimarães Leite - Assessor de Licitações e Contratos. Mateus Leme, 22 de março de 2018.

EDITAL CONCERNENTE A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2018

Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Estado de MG, inscrito no CNPJ sob o nº 26.265.082/0001-90. Registro sindical nº 000.012.350.89878-6, com sede em Belo Horizonte, MG, na Rua da Bahia, 1148, sala 830 - Centro, CEP 30.160-906, por seu presidente abaixo assinado, avisa e comunica a todas as Clínicas, Hospitais e Casas de Saúde, que mantenham empregados representados por este Sindicato da sua base territorial em todo o Estado de Minas Gerais, que, conforme decisão tomada na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2017, os empregados abrangidos e representados por esta entidade sindical, convocados trabalhadores associados ou não associados, o que foi feito por convocação ampla de toda a categoria, onde autorizaram expressamente o desconto da contribuição sindical referente ao ano de 2018, cabendo as Clínicas, Hospitais e Casas de Saúde, categorias mencionadas acima, o desconto e repasse de tal valor no prazo e na forma da lei. Belo Horizonte, MG, 23 de março de 2018. Eder Luciano Vaz dos Santos - Presidente. SINFITO/MG

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

CNPJ/MF: 08.596.628/0001-03 - NIRE 31300024466

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas da **Hidrelétrica Cachoeirão S.A.**, no escritório Administrativo da companhia, na Rua Moacyr Ávidos, nº 340, 1º andar, bairro Esplanada, Colatina (ES), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Pocrane (MG), 22 de março de 2018. Stefano Dutra Vivenza Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE ASSEMBLEIA GERAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2018

O Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Minas Gerais - SEEMG, entidade sindical de primeiro grau inscrita sob CNPJ n. 21.854.005/0001-51 com sede na Rua da Bahia, 1148 - Sala 1315/1319/1323 - Centro - Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por sua Diretoria através do Presidente Anderson Rodrigues vem a presença da categoria dos profissionais Enfermeiros, CONVOCAR TODOS integrantes para Assembleia Geral Extraordinária, para dia 23 de Março de 2018, nas cidades de Teófilo Otoni na Rua Dr. Onófrio, nº 575 - Centro, Hospital Santa Rosália; cidade de Montes Claros na Rua Juca de Macedo nº 748 - Bairro Funcionários, SINTEL; cidade de Santos Dumont - Rua Viera Braga, 1 - Centro, Hospital de Misericórdia de Santos Dumont; cidade de Divinópolis na R. Nilo Maciel, 241 - Pte. Funda, UPA Padre Roberto. No dia 26 de Março de 2018 na cidade de Contagem na Rua Felisberta Francisca de Carvalho n 800 - Novo Glória. Todas as cidades às 18:00 horas em primeira convocação, tendo o quórum Estatutário exigido, e, em segunda convocação, às 18:30 horas, com qualquer número de presentes, para discussão da seguinte ordem do dia: 1 -) Discussão sobre a forma de cobrança de contribuição sindical, mediante prévia e expressa autorização da categoria, via Assembleia Geral, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, considerando a natureza tributária da Contribuição Sindical; 2 -) Desconto em folha de pagamento da Contribuição Sindical dos Enfermeiros (as) empregados (as), mediante Notificação da entidade Sindical, ao empregador; 3 -) Discussão da Contribuição Sindical dos Enfermeiros (as), Profissionais Liberais, na condição de autônomo (a); 4 -) Discussão da Contribuição Sindical dos Enfermeiros que atuam perante a Administração Pública, Direta e Indireta, na qualidade de Celetistas, Estatutários e Contratados. Serve este edital para fins de publicação em jornal de grande circulação Estadual, afixando na Sede e Subsedes da entidade. Dia 20 de Março de 2018, Cidade de Belo Horizonte, Estado Minas Gerais. Presidente Anderson Rodrigues.

COMPANHIA MANUFATORA DE TECIDOS DE ALGODÃO. CNPJ: 19.525.260/0001-09.

Av. São Acionistas. Comunicamos aos senhores (as) acionistas que na sede da Companhia, à Rua Ondina Carvalheira Peixoto, 123, Bairro Palmeiras, em Cataguases (MG), encontram-se à disposição os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Cataguases (MG), 21 de março de 2018. Rodrigo Lanna Filho - Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG

Torna público a abertura do Pregão Presencial nº 014/2018. Objeto: Reg. Preços aquis. peças novas genuínas ou originais de reposição de 1ª linha, p/ manut. Veículos. Abertura: 05/04/2018 às 09 horas Informações: (33) 3764-2490. Jurandir F. de J. Filho - Pregoeiro.

HOSPITAL SOCOR S/A

CNPJ: 17.312.612/0001-12
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas do HOSPITAL SOCOR S.A. convocados a se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, às 14:00 horas do dia 25/04/2018, em sua sede à Avenida do Contorno nº 10.500, Barro Preto, Belo Horizonte/MG, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, para aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício findo em 31/12/2017. A Diretoria também avisa que os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404 de 15/12/76, estão à disposição dos senhores acionistas para exame no endereço acima. Belo Horizonte, 20/03/2018. A DIRETORIA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG

ADIA ABERTURA DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial nº 11/2018 - em função de alteração no item 16.1 do edital e outros que menciona. A data de abertura ocorrerá no dia **06/04/2018**, às 09h30min, no Setor de Compras, a Rua Antônio Dias dos Santos, 148, Centro, Sarzedo/MG. O edital, anexos e alteração formalizada em **Esclarecimento II** encontram-se a disposição no site da Prefeitura www.sarzedo.mg.gov.br. Informações pelo telefone 31 3577 6531, e-mail comprassade@sarzedo.mg.gov.br. Sarzedo/MG, 22 de março de 2018.

GENERAL ELETRIC DO BRASIL LTDA, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Conselho Municipal de Meio Ambiente, torna público que solicitou através do Processo nº. 22939/2017-03A, autorização de terraplanagem, no endereço Av. General David Sarnoff, 4.650, Lotes 01 a 07 - Quadra 62/ Lotes 01 a 03 - Quadra 63 /Lotes 06 a 09 - Quadra 82, Bairro Cidade Industrial no Município de Contagem - Minas Gerais.

A Veloso e Quirino Eucalipto Tratado Ltda, CNPJ N°28.137.326/0002-65 torna público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, a licença de operação corretiva através do requerimento nº 08040/2018, para seu empreendimento de tratamento químico para preservação de Madeira, localizado as margens da BR 497, km 81 letra C, zona rural, Município do Prata MG CEP 38140-000.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS

EXTRATO DE EDITAL - **PREGÃO PRESENCIAL 001/2018**. Torna publico que fará realizar no dia **10 de abril de 2018, às 09:00**, licitação na modalidade pregão presencial sob a regência da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. OBJETO: Aquisição estimada de 3.000 (Três mil) litros de gasolina comum, para atender os serviços de abastecimento dos veículos da Câmara Municipal. Maiores informações, bem como edital completo, junto a CPL da Câmara Municipal, com endereço à Rua Waldemir Patrício de Souza - 30 - Jaqueira - Rio Pardo de Minas - MG. Telefax (38) 3824-1184, e-mail: camararpm@bol.com.br. Rio Pardo de Minas, 22 de março de 2018 - José Maria Costa - Pregoeiro.

**Sindicato de Clubes Culturais Recreativos Esportivos Sociais do Estado de Minas Gerais****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Nos termos do Artigo 12, § 2º e 3º e Artigo 13 do Estatuto do Sindicato de Clubes Culturais, Recreativos, Esportivos e Sociais do Estado de Minas Gerais, fica convocada toda a categoria das entidades esportivas e sociais, constituídas e organizadas na forma de Clubes Culturais, Recreativos, Esportivos e Sociais do Estado de Minas Gerais (exceto Belo Horizonte-MG), a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 11 de Abril de 2018, no **Sindicato de Clubes Culturais Rec. Esportivos e Sociais Estado de MG**, sito à rua Marechal Deodoro nº 455/201, centro, nesta cidade de Juiz de Fora-MG, às 19:00 horas em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos filiados e às 19:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de filiados presentes, e, com o seguinte objetivo:

- **Discutir e aprovar a CCT/2018 a ser negociada com o SINDEC/MG;**
- **Discutir e aprovar a Taxa de Custeio e Manutenção da Representação Patronal.**
- **Discutir e Aprovar a Contribuição Sindical Patronal**

Juiz de Fora/MG - 20 de março 2018.

Marcelo Guedes Barra
Presidente SINDICLUBES

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

a ser realizada em 20 de Abril de 2018

Arezzo Indústria e Comércio S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Fernandes Tourinho, 147, sala 402, Bairro Savassi, CEP 30112-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.300.025.91-8, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.590.234/0001-76, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código n.º 02234-9 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09"), convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em assembleia geral ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 20 de abril de 2018, às 14 horas, excepcionalmente fora da sede social da Companhia, conforme faculta o art. 124, § 2º, da Lei das S.A., no Hotel Mercure Belo Horizonte, na Avenida do Contorno, nº 7315, Bairro Lourdes, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (A) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; (ii) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; (iii) proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; (iv) fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2018; e Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 10 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia Geral os acionistas, ou seus representantes, deverão apresentar à Companhia além do documento de identidade (carteira de identidade registro geral - RG, carteira nacional de habilitação - CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante de titularidade de ações expedido pela instituição responsável pela escrituração de ações da Companhia, expedido até 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes de procurador do acionista; e (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral. O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar a procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Além disso, em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Vale destacar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A., e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (cf. Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, nos termos do art. 10 do estatuto social, a Companhia solicita aos acionistas que depositem os documentos necessários para participação na Assembleia Geral com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência. O depósito poderá ser feito por correio, serviço de courier ou por e-mail encaminhado a um dos endereços abaixo: **Departamento de Relações com Investidores da Arezzo Indústria e Comércio S.A.** Rua Gomes de Carvalho, 1.507, 16º andar, Vila Olímpia São Paulo, SP, CEP: 04547-005 E-mail: ri@arezzo.com.br Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia Geral ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentarem tais documentos na abertura da Assembleia Geral, conforme o disposto no art. 5º, §2º, da ICVM 481/09. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia da rede mundial de computadores (<http://www.arezzo.com.br>), tendo sido enviados também a CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Belo Horizonte, 23 de março de 2018. **ALESSANDRO GIUSEPPE CARLUCCI** - Presidente do Conselho de Administração.

FUNDAÇÃO HEMOMINAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Comunica a realização do Pregão - Proc.2320310.031/2018 "Aquisição de insumos para laboratório (tubos, ponteiros, tubos para coleta de sangue, etc)" com abertura dia 06/04/2018 às 09:00hs; realizando-se no site www.compras.mg.gov.br. Hora e data limite para cadastramento de propostas. Edital disponível no Setor de Compras, R. Grão Pará 882, S. Efigênia, BH/MG, de 2ª a 6ª-feira, de 08 às 17 h, ou pelos sítios www.hemominas.mg.gov.br e www.compras.mg.gov.br.
BH, 22/03/18.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE/MG

Torna público que no dia **11 de ABRIL de 2018, às 08:00 horas**, estará realizando **Processo Licitatório nº 044/2018, Dispensa nº 009/2018, Chamada Pública nº 001/2018**, do Tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", tendo como objeto a **Credenciar fornecedores individuais e grupos formais/informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE**, para a alimentação dos alunos das escolas da rede pública municipal de ensino. O Edital na íntegra está disponível na Prefeitura Municipal de Lassance/MG, Rua Nossa Senhora do Carmo nº 726 - Centro (38) 3759-1267 - Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE/MG

Torna público que no dia **12 DE ABRIL de 2018, às 09:00 horas**, estará realizando **Processo Licitatório nº 045/2018, Pregão Presencial nº 033/2018, Registro de Preços nº 020/2018**, do Tipo MENOR PREÇO "POR ITEM", tendo como objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE TELA ALAMBRADO LOSANGULAR EM AÇO GALVANIZADO, TAMANHOS DIVERSOS**, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, conforme especificações no Anexo I. O Edital na íntegra está disponível na Prefeitura Municipal de Lassance/MG, Rua Nossa Senhora do Carmo nº 726 - Centro (38) 3759-1267 - licitalassance@hotmail.com - Pregoeiro e Equipe de Apoio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO DE LIMA/MG - Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº009/2018-Município de Augusto de Lima/MG, torna público que fará realizar **Pregão Presencial Nº009/2018**, para aquisição de **Padres monofásico (Cemig)**, Tipo: Menor Preço, Data de entrega dos envelopes de Proposta e Documentação: 09/04/2018 às 13:00h. Informações e edital poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, na Av. Cel Pedro Pedras, 220, Centro - Telefax: (38) 3758-1279 / E-Mail licitacaoaugustodelima@bol.com.br - João Carlos Batista Borges - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG

Torna público o extrato de contrato nº 026/2018 da Concorrência 005/2017 - PL 232/2017 - Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de construção de unidade de atenção especializada em saúde, serviços de imagens, diagnósticos e laboratórios de Nova Serrana - MG, sendo vencedora neste certame a empresa: Pmmx Engenharia Ltda cnpj: 15.098.144/0001-08 valor total de R\$1.430.998,13 (um milhão, quatrocentos e trinta mil, novecentos e noventa e oito reais e treze centavos). Vigência: 22 de março de 2019. Euzébio Rodrigues Lago - Pref. Municipal - Nova Serrana, 22 de março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG

Torna público a homologação do Processo Licitatório nº 175/2017, Tomada de Preços nº 002/2017 Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceitualização, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução e distribuição externa de competência da Secretaria Municipal de Comunicação. Empresa vencedora: P&L Publicidade e Propaganda Ltda-ME, CNPJ: 07.661.882/0001-85 no valor total de R\$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
Nova Serrana 22 de março de 2018.
Euzébio Rodrigues Lago. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGAO Nº 011/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2018 - A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, através de sua Pregoeira, torna público que fará licitação na modalidade Pregão, visando à seleção de empresa(s) especializada(s) no ramo, para composição do Quadro Geral de Registro de Preços visando o fornecimento de material necessário para adequação de quadros e instalação de fôrmica branca (lousa line) quadriculada para atender às necessidades do Colégio Municipal Rio Branco e demais escolas do município. (Ver maiores especificações no Edital) - Entrega de propostas e documentações até **11/04/2018 às 09h**, quando será dado início aos trabalhos. Cópia do edital já se encontra disponível para os interessados, à Praça 28 de Setembro, Centro, ou pelo site: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br. Informações pelo Tel: (32) 3559-1911. (Ass.) Flaviana Lima Teixeira - Pregoeira.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO, SEEB-BH E REGIÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ESPECÍFICA DOS EMPREGADOS DO BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S/A.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte e Região, SEEB-BH e Região, inscrito no CNPJ sob o nº 17.218.165/0001-37, por sua presidenta e representante legal abaixo nominado, convoca todos os empregados do Banco Mercantil de Investimentos S/A, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, para Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na sede do sindicato, situada na rua dos Tamoios, 611 - Centro - Belo Horizonte, no dia 27 de março de 2018, às 17h30 (dezoisete e trinta) horas em primeira convocação, e às 18h (dezoito) horas em segunda, para discussão e deliberação acerca da proposta de Programa Próprio de Participação nos Lucros e Resultados do Banco Mercantil de Investimentos S/A para o ano de 2018. Belo Horizonte, 23 de março de 2018. Eliana Brasil Campos - **Presidenta do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte e Região.**

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA

CNPJ Nº 17.441.197/0001-05 - Carta Patente nº A-70/241 - Rua da Bahia, 1004 - 12º andar - Belo Horizonte - MG

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 - (Milhares de Reais)

Ativo	31.12.2017		31.12.2016	
	Ativo	Passivo	31.12.2017	31.12.2016
Circulante	47.980	69.474	19.712	24.474
Disponibilidades	103	77		
Títulos e Valores Mobiliários	46.971	68.469		
Operações de Crédito	320	492		
Financiamentos Imobil. - Setor Privado	1.039	673		
Provisão para Crédito de Liq. Duvidosa	(719)	(181)		
Outros Valores e Bens	586	436		
Imóveis Não de Uso Próprio	571	411		
Outros Valores e Bens	15	25		
Realizável a Longo Prazo	202.499	188.643		
Relações Interfinanceiras-FCVS	196.560	182.586		
Operações de Crédito	4.185	5.239		
Financiamentos Imobil. - Setor Privado	6.212	8.238		
Provisão para Crédito de Liq. Duvidosa	(2.028)	(2.999)		
Outros Créditos	1.754	818		
Permanente	1.911	1.958		
Investimentos	1.416	1.416		
Imobilizado de Uso	495	542		
Total do Ativo	252.390	260.075	252.390	260.075

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido p/ os Períodos Fintos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - (Milhares de Reais)

Saldo em 30.06.2016	Capital Realizado		Reserva Especial de lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Período
	Capital Realizado	Reserva de lucros Legal			
Lucro do 1º Semestre de 2016	21.500	402	3.835	0,00	25.737
Constituição de Reserva Legal		30		(30)	590
Dividendos Estatutários				(140)	(140)
De Lucros para Reserva Especial			420	(420)	
Saldo em 31.12.2016	21.500	432	4.255	0	26.187
Lucro do 1º Semestre de 2017				587	587
Reversão de Dividendos		301		(301)	
Constituição de Reserva Legal		29		(29)	
Dividendos Estatutários				(139)	(139)
De Lucros para Reserva Especial			419	(419)	
Saldo em 30.06.2017	21.500	461	4.975	0,00	26.936
Lucro do 2º Semestre de 2017				531	531
Constituição de Reserva Legal		27		(27)	
Dividendos Estatutários				(126)	(126)
De Lucros para Reserva Especial			378	(378)	
Saldo em 31.12.2017	21.500	488	5.353	0,00	27.341

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Fintos em Dezembro de 2017 e 2016

1. Contexto Operacional
A Economisa Companhia Hipotecária é uma Sociedade Anônima de Capital fechado, que tem por objetivo social proporcionar amparo financeiro e crédito a operações imobiliárias, praticando as operações ativas permitidas às Companhia Hipotecárias.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e com as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), subsidiadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações, quando aplicável às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. Principais Práticas Contábeis
As práticas contábeis adotadas obedeceram ao regime de competência, incluindo as receitas e despesas relativas aos ativos e passivos.
3.1 - Os Ativos são avaliados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pró rata dia"), auferidos. Para os Financiamentos Imobiliários, além dos valores de realização, também são considerados os rendimentos e variações monetárias, representados pelo valor dos financiamentos concedidos, acrescidos de atualização monetária e juros, calculados com base em índices contratuais. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. (Nota 04).
3.2 - O Permanente é demonstrado aos custos de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método H-linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, às seguintes taxas anuais: Edificações, 4%; Móveis e Utensílios, 10%; Veículos e Equipamentos de Processamento de Dados, 20%.
3.3 - Os Passivos são demonstrados pelos valores devidos, já incluídos os encargos e as variações monetárias, entre os quais a Provisão para Imposto de Renda constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional específico e feitas as opções permitidas, e a Contribuição Social constituída à alíquota de 15%.

4. Operações de Crédito

Nível de Risco	Quantidade Contratos	Valor dos Contratos	Valor da Provisão
AA	0	0	0
A	98	1.980	10
B	61	484	5
C	65	713	21
D	62	608	61
E	36	315	94
F	52	711	355
G	67	798	559
H	148	1.642	1.642
Totais	579	7.251	2.747

Por meio da resolução 2.682/99 do CMN, introduziram os seguintes parâmetros para a classificação das operações de crédito e constituição da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa:

- As operações de crédito devem ser classificadas em níveis de risco entre, "AA" (risco mínimo/nulo - 0%) e "H" (risco máximo - 100%).
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela resolução 2.682/99 e com a redação dada pela resolução 2.697/00. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas.

5. Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria
São títulos adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente de forma ativa, avaliados e ajustados pelo valor de mercado, registrados conforme disposto na circular 3.068 de 08/11/2001, e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil, estando assim demonstrados.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, apresentamos à V.Sas. as demonstrações financeiras da ECONOMISA, certificadas por parecer dos auditores independentes. Belo Horizonte 16 de março de 2018. A Diretoria.

Demonstração do Resultado para os Períodos Fintos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - (Milhares de Reais)

	Sem. Fin. Exer. Fin. Exer. Fin.		
	31.12.17	31.12.17	31.12.16
Receita da Intermediação Financeira	7.727	16.556	19.917
Operações de Crédito	283	870	920
Resultado de Op. c/Tit.val. Mobiliários	2.077	5.333	7.947
Rendas de Créd. Vinculados ao SFH	5.367	10.353	11.050
Despesas da Intermediação Financeira	(2.864)	(5.870)	(8.242)
Operações por Emp. Ces. e Repasses	(2.864)	(5.870)	(8.242)
Resultado Bruto da Intermed. Financeira	4.863	10.686	11.675
Outras Receitas/Desp. Operacionais	(4.866)	(9.818)	(9.792)
Despesas de Pessoal	(531)	(1.092)	(1.038)
Outras Despesas Administrativas	(4.932)	(9.894)	(10.297)
Despesas Tributárias	(349)	(627)	(445)
Outras Receitas Operacionais	1.266	2.227	2.801
Outras Despesas Operacionais	(320)	(432)	(813)
Resultado Operacional	(3)	868	1.883
Resultado não Operacional	789	789	0
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	787	1.658	1.883
Imposto de Renda	(185)	(391)	(446)
Contribuição Social	(71)	(149)	(169)
Lucro Líquido do Período	531	1.117	1.268
Lucro por Lote de Mil Ações em R\$	0,71	1,50	1,70

12. Transações com Partes Relacionadas (Diretas e Indiretas)
a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Ativos/Passivos	Receitas/Despesas
Despesas de Aluguel Velloso S/A	10.000	60.000
Ergon Serviços Financeiros Ltda	35.900	215.400
Consultoria e Empreendimentos Ltda		200.000

13. Gerenciamento de Riscos
Risco Operacional
A Gestão do Risco Operacional na Economisa é fundamentada na elaboração e implantação de normas e procedimentos baseados em metodologias de coleta e tratamento de dados históricos de perdas, buscando melhorar os sistemas de controles internos e a criação de um banco de vulnerabilidades. Em atendimento à Resolução 3.380, do Conselho Monetário Nacional, foi aprovada pelo Conselho de Administração a Política Institucional para Gerenciamento do Risco Operacional.
Os relatórios completos sobre a estrutura de gerenciamento do risco de mercado e risco operacional estão disponíveis na sede da instituição.

Risco de liquidez
O Risco de Liquidez consiste na possibilidade da Entidade não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descaamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
A Política de Liquidez implantada define os níveis mínimos de liquidez que a Organização deve manter, assim como os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise. O controle do risco de liquidez é realizado diariamente de forma independente pela tesouraria, com distribuição de relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Diretoria Executiva.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Economisa Companhia Hipotecária
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Economisa Companhia Hipotecária, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Economisa Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emi-

Demonstração de Fluxo de Caixa para os Períodos Fintos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - (Milhares de Reais)

	Semestre Exercício Exercício	
	Findo em 31.12.17	Findo em 31.12.17
A - Lucro Líquido do Exercício	531	1.118
Depreciação e Amortização	39	48
Lucro Líquido Ajustado	570	1.166
B - Variação de Ativos e Obrigações		
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	17.495	21.496
Redução (Aumento) de Relações Interfinanceiras - FCVS	(9.645)	(13.973)
Redução (Aumento) em Op. de Crédito	247	1.227
Redução (Aumento) em Out. Créditos	(1.053)	(936)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	(122)	(150)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(4.300)	(3.464)
Caixa Líquido Proviniante/Utilizado das Atividades Operacionais	2.622	4.200
C - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(-) Aquisição de Investimentos	0	0
(-) Aquisição de Imobilizado de Uso	0	0
Caixa Líquido Proviniante/Utilizado das Atividades de Investimentos	0	0
D - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
(-) Redução em Obrigações p/ Empréstimos e Repasses	(3.033)	(5.376)
(-) Dividendos Provisoriamente (+) Reversão de Dividendos	(126)	(265)
Caixa Líquido Proviniante/Utilizado das Atividades de Financiamentos	0	301
E - Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.159)	(5.340)
Modificações na Posição Financeira		
No Início do Período	70	77
No Fim do Período	103	103
Variação	33	26

Risco de mercado
O risco de mercado consiste na possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas de mercado, uma vez que a carteira ativa e passiva da Entidade pode apresentar descaamentos de prazos, moedas e indexadores.
O processo de gerenciamento de risco de mercado na Economisa consiste num acompanhamento diário do mercado visando a proteção de seus ativos.

Tarsila Ortenzio Velloso
Diretora-Presidente
Ivair Pereira de Souza
Diretor
Alvaro Cagnoni
Diretor
Maria Elizabeth Segal Delarmelina
Contadora
CRC MG 058248/O-0

tr relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2018.
Vaz & Maia Auditores Independentes CRCMG 503
Antonio Ferreira Vaz - Contador CRCMG 20.707

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS-MG
A Prefeitura Municipal De Carvalhópolis-MG, no uso de suas atribuições legais, torna Pública a abertura do Processo licitatório nº01/2018, Pregão Presencial nº 01/2018, Tipo Menor Preço por Item, cujo Objeto é CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUE COMPÕEM O KIT PARA GESTANTES OU AUXÍLIO NATALIDADE, EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO A FIM DE SEREM DOADOS AS PESSOAS DE BAIXA RENDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I E II DESTA EDITAL. No dia 04/04/2018 às 09:00 horas. Processo licitatório nº03/2018, Pregão Presencial nº 16/2018, Tipo Menor Preço por Item, cujo Objeto é SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, OBJETIVANDO A FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS INCLUSIVE CARNES E HORTIFRUTIGRANJEIROS, PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES DE DIVERSOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRIÇÃO CONSTANTE DOS ANEXO I E II, QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL. No dia 05/04/2018 às 08:00 horas. Os interessados poderão retirar o edital e obter mais informações à Rua João Norberto de Lima nº 222, Centro, Tel 35- 3282- 1209, das 7:30 às 17 hrs. Email: licitação@carvalhopolis.mg.gov.br ou no site: http://www.carvalhopolis.mg.gov.br - Carvalhópolis- 22 de março de 2018- José Antonio de Carvalho- Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o Pregão Presencial Registro de Preço - nº 023/2018, destinado a aquisição exclusivamente para ME/EPP e itens para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48 da LC147/14. Objeto: aquisição de troféus, medalhas e placas de homenagens para premiações esportivas, destinados à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Nova Lima. Data de realização 06/04/2018 às 09:30 hs. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br em Transparência/Publicações. Nova Lima, 22 de Março de 2018. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS/MG - Aviso de Licitação Tomada de Preços Nº 001/2018 - Processo Nº 022/2018. O Município de Doresópolis/MG, pessoa jurídica de direito público interno no CNPJ 18.306.647/0001-01, torna pública a realização de Tomada de Preços nº 001/2018. Tipo Empregada por menor preço global, visando à "Contratação de empresa especializada para realizar Calçamento com bloquetes em vias urbanas do município de Doresópolis/MG, estado de Minas Gerais, conforme de Contrato de Repasse nº 847825/2017, Processo nº 1042364-66/2017 - Ministério da Cidade". Sessão de recebimento de propostas e julgamento: dia 13/04/2018, às 09:30 horas. Obedecendo integralmente as condições estabelecidas neste Edital e respectivos anexos, bem como pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações. Informações e editais, licitação@doresopolis.mg.gov.br ou telefone: (37) 3355-1222 ou pelo site https://www.doresopolis.mg.gov.br. Eliton Luiz Moreira Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 090/2018 TIPO "MENOR PREÇO"
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO E OBRAS - através da DIRETORIA DE COMPRAS - Fará realizar licitação supramencionada - Objeto: Seleção e contratação de empresa de engenharia para a execução de obras civis de adaptação de ecopontos na cidade de Uberlândia/MG, com fornecimento de mão de obra e materiais. A visita ao local da obra acontecerá nos dias 02/05/2018 ou 04/05/2018, ambos às 14:00 horas, horário limite em que o representante da Licitante deverá se apresentar na Secretaria Municipal de Obras - Centro Administrativo Municipal, Av. Anselmo Alves dos Santos, 600, Bloco 2, 2º pavimento, onde será fornecido o atestado de visita. A garantia de manutenção da Proposta no valor correspondente a exatos 1% do valor do orçamento do lote em que participar, deverá ser depositada até o dia 10/05/2018, na Tesouraria da Secretaria Municipal de Finanças - PMU. O Edital encontra-se à disposição na Diretoria de Compras, na Rua Ubiratan Honório de Castro, nº. 826, bairro Santa Mônica, fone 0xx34-3239-2488, das 12:00 às 17:00 horas. Entrega dos Envelopes e Sessão Pública para abertura no dia 10/05/2018 às 13:00 horas na Diretoria de Compras. Uberlândia, 21 de março de 2018. **DORIVALDO RODRIGUES JÚNIOR** - SECRETÁRIO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO; **NORBERTO CARLOS NUNES DE PAULA** - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS

Bradesco
Pra frente.
Imóveis localizados em:
AM BA CE GO MA MG MS MT PA PR RJ RN SE SP TO
•Apartamentos • Casas • Galpões
• Fazendas • Imóveis Comerciais • Terrenos
À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✓ SINAL E O SALDO EM 12 MENSAIS IGUAIS: 24, 36 OU 48 MESES
✓ FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO EM ATÉ 360 MESES
LEILÃO SOMENTE ONLINE 58 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 3ª feira, 27/03/2018 a partir das 16h00
LOTE 13 - SÃO JOÃO DEL REI/MG - IMÓVEL COMERCIAL
Rod. BR-383 Km 94 - BAIRRO COLÔNIA DO GIAROLA
ÁREA TERRENO: 2.381,00m²
ÁREA CONSTRUÍDA ESTIMADA: 380,00m²
Lance mínimo: R\$ 565.000,00
LOTE 16 - RIO VERMELHO/MG - ÁREA RURAL C/ 19,58,80ha
(DESTACADA DE ÁREA MAIOR, CONFORME R13-836)
Lugar denominado "Chacrinha"
Lance mínimo: R\$ 119.000,00
LOTE 20 - TAIÓBEIRAS/MG - TERRENO C/ 150,00m²
Rua Unaí, 1.591 (lt. 14 da qd. 549)
BAIRRO NILTON CRUZ SANTOS JÚNIOR
Lance mínimo: R\$ 14.000,00 (somente à vista)
Mais informações: (11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br | SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

PARQUE MONDOVI FLORICULTURA S/A - CNPJ: 14.086.915/0001-76
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
ATIVO - CIRCULANTE
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 6.275.960,15
ADIANTAMENTO P/DESPESAS 550.577,52
IMÓVEIS A COMERCIALIZAR 54.436.991,94
TOTAL DO CIRCULANTE 61.263.529,61
NÃO CIRCULANTE
INVESTIMENTOS
DIREITOS DE USO 166.849,33
166.849,33
IMOBILIZADO
BENS MÓVEIS 4.712,00
4.712,00
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE 171.561,33
TOTAL DO ATIVO 61.435.090,94
PASSIVO - CIRCULANTE
OBRIGAÇÕES FISCAIS 88.673,54
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS 19.662,97
CRÉDITO DE TERCEIROS 1.958,46
ADIANTAMENTO P/AUMENTO CAPITAL 38.835.615,10
TOTAL DO CIRCULANTE 38.945.910,07
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CAPITAL SOCIAL 248.775,67
RESERVA DE CAPITAL 22.253.316,89
RESERVA DE LUCROS 161.429,58
PREJUÍZOS ACUMULADOS (174.341,27)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 22.489.180,87
TOTAL DO PASSIVO 61.435.090,94
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Contas Capital Social Reserva Capital Reserva Lucros Prejuízo Acumulado Patrimônio Líquido
SALDO 31/12/2016 248.775,67 22.253.316,89 161.429,58 (148.217,18) 22.515.304,96
AUMENTO CAPITAL - - - - -
PREJUÍZO EXERCÍCIO - - - (26.124,09) (26.124,09)
TOTAL 248.775,67 22.253.316,89 161.429,58 (174.341,27) 22.489.180,87
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
RECEITA BRUTA DE ALUGUEL
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA
RECEITA LÍQUIDA
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (124.625,43)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS (15.561,38)
DESPESAS FINANCEIRAS (8.589,04)
RECEITAS FINANCEIRAS 138.625,33
LUCRO OPERACIONAL (10.150,52)
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (5.990,09)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA (9.983,48)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (26.124,09)
Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2017
JOSÉ GUSTAVO DE MATTOS GATTI - DIRETOR. VANDER LUIZ FONSECA - CONTADOR - CRC/MG 45.372.

PARQUE TORINO DE IMÓVEIS S/A - CNPJ: 13.332.460/0001-69
RELATÓRIO DA DIRETORIA
Senhores Acionistas - Cumprindo as disposições legais e estatutárias, apresentamos a Vossa apreciação, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2017, ficando outrossim, esta Diretoria ao inteiro dispor para prestar quaisquer esclarecimentos que se tornarem necessários.
Belo Horizonte, 28 de Fevereiro de 2018. A DIRETORIA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
ATIVO - CIRCULANTE
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 3.484.806,19
ADIANTAMENTO PARA DESPESAS 5.986.504,55
IMPOSTOS A RECUPERAR 215.944,60
IMÓVEIS A COMERCIALIZAR 155.596.448,07
TOTAL DO CIRCULANTE 165.283.703,41
NÃO CIRCULANTE
REALIZAVEL A LONGO PRAZO
DEPÓSITOS JUDICIAIS 1.327,62
1.327,62
INVESTIMENTOS
DIREITOS DE USO 56.353,50
56.353,50
IMOBILIZADO
BENS MÓVEIS 2.960,00
2.960,00
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE 60.641,12
TOTAL DO ATIVO 165.344.344,53
PASSIVO - CIRCULANTE
OBRIGAÇÕES FISCAIS 250.805,55
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS 10.529,51
CRÉDITO DE TERCEIROS 104.470,54
TOTAL DO CIRCULANTE 365.805,60
NÃO CIRCULANTE
PROVISÃO CS/LL/IRPJ DIFERIDO 714.435,46
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE 714.435,46
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CAPITAL SOCIAL 138.677,20
RESERVA DE CAPITAL 154.222.043,80
RESERVA DE LUCROS 9.903.382,47
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 164.264.103,47
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Contas Capital Social Reserva Capital Reserva Lucros Patrimônio Líquido
SALDO 31/12/2016 127.440,00 138.079.806,00 6.092.842,95 144.300.088,95
AUMENTO CAPITAL 11.237,20 16.142.237,80 - - 16.153.475,00
LUCRO EXERCÍCIO - - 3.810.539,52 3.810.539,52
TOTAL 138.677,20 154.222.043,80 9.903.382,47 164.264.103,47
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Atividades Operacionais - Lucro Líquido 3.810.539,52
Depreciação -
Resultado não Operacional -
Lucro Ajustado 3.810.539,52
Aumento em despesas pagas antecipadamente (272.034,25)
Aumento em obrigações fiscais (21.815,78)
Redução em obrigações trabalhistas (1.712,62)
Aumento em crédito de terceiros 104.470,54
Aumento em provisão CS/IR diferido 11.001,60
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais (48.128,95)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO
Pagamento pela compra de imóveis e construção Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento (17.578.132,86)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Aumento de Capital 16.153.475,00
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento 16.153.475,00
AUMENTO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES 2.337.752,71
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM 2016 1.147.053,48
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM 2017 3.484.806,19
VARIÇÃO 2.337.752,71
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
RECEITA BRUTA DE ALUGUEL 5.769.177,80
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA (210.575,00)
RECEITA LÍQUIDA 5.558.602,80
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (996.403,19)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS (316.422,03)
DESPESAS FINANCEIRAS (21.815,78)
RECEITAS FINANCEIRAS 288.274,03
LUCRO OPERACIONAL 4.512.239,27
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (192.097,00)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA (509.602,75)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 3.810.539,52
NOTAS EXPLICATIVAS
1) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com a observância do disposto no Artigo 176 da Lei 6.404/76.
2) O Resultado é apurado pelo Regime de Caixa.
3) Não há Imobilizado nem Intangível a serem depreciados.
Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2018
JOSÉ GUSTAVO DE MATTOS GATTI - DIRETOR.
VANDER LUIZ FONSECA - CONTADOR - CRC/MG 45.372.

UNISSUL SUPERMERCADOS S/A
CNPJ 06.311.489/0001-07 - NIRE 313001992-6
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Membros do Conselho Fiscal e demais interessados: Apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2017, comparativas com 31.12.2016 de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil. Em 2017 a economia brasileira enfrentou novamente grandes dificuldades ocasionando a crise em diversos setores e assim, não apresentou o crescimento esperado pelo governo frustrando as expectativas divulgadas por diversos analistas econômicos no início do ano. Contudo a conjuntura enfrentada a UNISSUL SUPERMERCADOS S/A obteve sólidos resultados, mantendo o seu faturamento e conquistando um aumento nas vendas 2016/2017 de cerca de 1,78%, (faturamento 2016: 165.470.019,18 - faturamento 2017: 168.427.891,99). Os investimentos na consolidação da marca e no relacionamento com os canais de distribuição e a melhoria de processos internos de gestão, foram e continuarão sendo os principais focos de gestão da empresa em 2018. A Administração tem a determinação de elevar o patamar das margens obtidas neste período, consolidando a tendência estabelecida. Acreditamos que uma medida fundamental de nosso sucesso será a geração de valor para os nossos acionistas no longo prazo, que será resultado direto de nossa habilidade de ampliar e fortalecer nossa marca e mantê-la, trazendo assim, maiores retornos sobre o capital investido. Diante da necessidade de aprimoramento contínuo e visando as margens de crescimento para o próximo exercício deu início na construção de uma nova Loja na cidade de Alfenas - MG que tem como previsão de inauguração o mês de Abril de 2018, além de iniciar a participação societária na empresa Fortimas Atacado e Distribuidora Ltda. Preocupada com o bem estar da criança e do adolescente, fez a sua parte, contribuindo no ano de 2017 com doações para o Fundo da Criança e do Adolescente nas cidades sedes de sua matriz e filiais, participou de eventos promocionais que proporcionam o bem estar aos seus clientes e destinou parte do Imposto de Renda para a Lei de incentivo à cultura (Lei Rouanet). Por fim, é forçoso reconhecer que nestes anos não nos faltaram o apoio decisivo e a confiança de fornecedores, clientes, parceiros, acionistas e especialmente os colaboradores dedicados e comprometidos com nossa Visão de negócios e Valores. A todos queremos sinceramente agradecer e com eles compartilhar o sucesso obtido. Alfenas, 31 de Dezembro de 2017. A Administração.
BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS)
ATIVO
CIRCULANTE 31/12/2016 27.672.997 31/12/2017 27.207.954
Disponibilidades de Caixa 7.245.830 4.772.429
Contas a Receber 8.248.091 10.300.532
Estoque 11.813.240 11.584.721
Outras Contas a Receber 223.183 136.664
Outras Contas 13.608 413.608
NÃO CIRCULANTE 17.166.995 18.211.570
Realizável a Longo Prazo 448.565 430.656
Investimentos 183.469 231.044
Imobilizado 16.534.872 17.549.870
TOTAL ATIVO 44.839.902 45.419.524
PASSIVO
CIRCULANTE 31/12/2016 12.796.745 31/12/2017 14.700.423
Fornecedores 10.092.607 11.698.758
Tributárias e Sociais 2.584.786 2.864.103
Outras Contas 119.352 137.561
NÃO CIRCULANTE 2.865.292 2.687.764
Exigível a Longo Prazo 2.865.292 2.687.764
Emprestimos e Financiamentos 539.799 452.309
Contas a pagar 217.133 286.365
Impostos Diferidos 2.108.360 1.945.999
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 29.177.865 28.033.337
Capital Social 9.097.218 9.097.218
Reservas de Lucros 10.762.888 13.187.438
Resultados Acumulados 2.425.059 3.682.053
Ajustes de Avaliação Patrimonial 6.892.699 6.564.628
(-) Ações em Tesouraria - (4.500.000)
TOTAL PASSIVO 44.839.902 45.419.524

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017 - (Em R\$)
1 - Contexto Operacional: A Unissul Supermercados S/A, com sede a Rua Gaspar Lopes, 81, centro na cidade Alfenas- MG é uma sociedade Anônima, no ramo de comércio de mercadorias no atacado e no varejo. Possui filiais nas seguintes localidades: - Paraisópolis - MG a Rua Duque de Caxias 520, Centro e Rua Duque de Caxias, 520, loja 1; Pouso Alegre - MG a Avenida das Quaresmeiras, 500, Distrito Industrial; Passos - MG Rua Formiga, 300, Muarama; Campos Gerais - MG Av. Dr. Alfredo Barbalho Cavalcanti, 325 e Boa Esperança-MG Av. João Júlio de Faria, 639, Nova Era. 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações Contábeis são de responsabilidade da Administração da Unissul S/A e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.637/07 e nº 11.941/09. Consideram ainda, no que for julgado pertinentes e relevantes, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPB. 3 - Principais práticas contábeis: a) Regime de Escrituração: A sociedade adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. b) Estimativas Contábeis: as demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões técnicas, estimativas de valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes e diferidos entre outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. c) Investimentos: Os valores representados na conta de Investimentos se referem à participação da Unissul Supermercados S/A na empresa Fortimas Atacado e Distribuidora Ltda., no equivalente a 10,92% de seu Capital Social. d) Ativo Imobilizado: Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas julgadas adequadas à vida de utilidade dos bens. Os ativos terrenos e veículos não sofrerem nenhum tipo atualização a preço justo de mercado para o exercício de 2017. e) Ativo Intangível: No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que compõem pelas taxas descritas em nota específica e de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e CFC NBC TG 04 - Resolução 1303/10. f) Ativos Contingentes: Os Ativos Contingentes são reconhecidos diante a garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - (EM REAIS)
2016 2017
Receta Bruta da Venda e Serviços 165.470.019,18 168.427.891,99
(-) Impostos Incidentes (9.853.166,70) (10.552.049,47)
Receta Líquida 155.616.852,48 157.875.842,52
Custos dos Bens e Serv. Vendidos (129.838.533,08) (129.488.574,61)
Lucro Bruto 25.778.319,40 27.927.267,91
Despesas com Vendas (432.490,13) (488.023,04)
Despesas Administrativas e Gerais (23.299.968,97) (23.617.194,49)
Depreciação e Amortização (984.739,31) (928.770,69)
Outras Receitas 778.834,26 1.352.846,98
Receitas Financeiras 5.317.266,66 4.227.436,07
Despesas Financeiras (2.200.684,08) (1.204.819,05)
Lucro Líquido do Exercício 4.956.537,83 7.052.743,69
Antes de IR/CSLL (1.681.478,62) (2.370.696,60)
Provisão para IRPJ e CSLL 3.275.059,21 4.682.047,09
Lucro Líquido do Exercício 3.275.059,21 4.682.047,09
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA 2017
2016 2017
Fluxo de caixa das Ativ. Operacionais 3.275.059 4.682.047
Lucro Líquido do Exercício 3.275.059 4.682.047
Ajustes ao Lucro Líquido:
Depreciação/Amortização 984.739 928.771
Lucro Líquido Ajustado 4.259.799 5.610.818
Ajustes Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional:
Aumento da conta clientes a receber (1.029.723) (2.052.440)
Aumento da conta de créditos a receber 121.447 (184.437)
Aumento de Bens e Valores em Circulação (57.263) (228.519)
Aumento do Diferido (83.316) 47.575
Aumento do Ativo Não Circulante (1.728.506) (1.044.665)
Aumento do Passivo Circulante (658.076) (1.903.678)
Redução do Passivo Não Circulante (460.877) 177.528
Variação do Patrimônio Líquido 3.467.781 1.146.527
Antecipação de Lucros do Exercício 850.000 999.994
Ações em tesouraria 0 (4.500.000)
Caixa Líquido Prov. das Ativ. Operacionais 421.468 (7.085.077)
Fluxo de Caixa das Ativ. de Investimentos
Aquisições de Bens Permanentes (1.824.051) (999.141)
Caixa Líquido Prov. das Ativ. Investimentos (1.824.051) (999.141)
Aumento Liq. de Caixa e Equival. de Caixa 2.857.215 (2.473.400)
Variação do Disponível
Caixa e Equiv. de Caixa no Início do Período 4.388.615 7.245.830
Caixa e Equiv. de Caixa no Final do Período 7.245.830 4.772.430
Caixa e Equiv. de Caixa no Final do Período 2.857.215 (2.473.400)

mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. g) Obrigações por empréstimos: As obrigações por empréstimos, inicialmente são reconhecidas no recebimento de recursos, líquidos dos custos das transações. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratuais até o final do contrato, quando calculáveis. h) Provisões: São reconhecidas quando a Unissul Supermercados S/A tem uma obrigação legal presente ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. i) Imposto de Renda e contribuição Social: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações de lucro tendo em vista as receitas e os dispêndios registrados durante o período. São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando em conta os valores apurados no LALUR. j) Segregação em circulante e não circulante: Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante). k) Reconhecimento dos custos das mercadorias vendidas: Os custos são reconhecidos pelo método de classificação de custos médios apurados através de inventário mensal e via sistema informatizado assegurando a razoável estimativa dos valores lançados nestas rubricas. l) Normas Internacionais de Contabilidade: A Unissul Supermercados S/A vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. m) Moeda Funcional e de Apresentação: A moeda funcional da sociedade de apresentação das demonstrações contábeis é o Real. As informações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma. 4 - Disponível e aplicações: Compõe o grupo Disponível a conta de Caixa e Depósitos Bancários. As aplicações referem-se a aplicações em títulos de renda fixa mantidos até o vencimento, registrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais estão registrados no resultado do exercício. 5 - Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. Deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear. Conforme previsto no pronunciamento CPC-27, a sociedade procedeu à revisão do prazo de vida útil econômica e o valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) definido na norma CPC 01, que é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2017 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros e foi verificado que não haveria efeitos significativos em suas demonstrações financeiras das taxas de depreciação utilizadas nos exercícios. 6 - Intangível: Os valores constantes nesse grupo não sofreram alterações por imparidade ou custo atribuído, considerando que o valor atual é o valor justo. 7 - Empréstimos e Financiamentos: A Unissul possui empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras para capital de giro, manutenção da margem de liquidez e construções e melhoria de seus estabelecimentos. 8 - Instrumentos Financeiros: Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos Balanços Patrimoniais, quando comparados com seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor de mercado. 9 - Cobertura de Seguros: A Unissul possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para parte dos bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas. 10 - Patrimônio Líquido: Representados substancialmente por quotas, foram adquiridas ações de seu próprio quadro societário que atualmente constam em tesouraria no seu Patrimônio Líquido sem valor nominal. 11 - Eventos Subsequentes: Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis de 31.12.2017, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. Pouso Alegre, 31 de Dezembro de 2017. (a) UNISSUL SUPERMERCADOS S/A, (b) CARLOS MAGNO SOUZA FONSECA - Diretor Presidente, (c) ALYSSON DA SILVA DE PAIVA - CRCMG 106540-0 - Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG. Aviso de Licitação. Pregão Presencial nº 20/2018, sob a forma do Sistema de Registro de Preço, do tipo Menor Preço, julgamento por Item, para Aquisição Futura de Óleos Lubrificantes e Materiais de Limpeza Automotiva. Sessão dia 09/04/2018 às 09h00min. Maiores informações pelo telefone (33) 3339-2712. Edital disponível no site oficial do Município: www.manhuacu.mg.gov.br. Comissão Permanente de Licitação.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARENO torna público Tomada de Preços nº 03/18. Tipo: Menor preço global. Objeto: contratação de empresa para prestação dos serviços de perfuração de poço artesiano no povoado da Cachoeirinha no Município de Nazareno-MG. Abertura: 08h30min do dia 09 de abril de 2018. Cadastro: até o dia 06 de abril de 2018. O Edital encontra-se disponível junto ao setor de licitações e no site www.nazareno.mg.gov.br - Contato: Tel.: (35) 3842-1548 – José Heitor Guimarães de Carvalho – Prefeito.

MUNICÍPIO DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG PUBLICAÇÃO DE EDITAL - O MUNICÍPIO PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG, torna público Processo Licitatório nº028/2018 - Pregão Presencial 014/2018 – contratação de micro empresa, empresa de pequeno porte ou micro empreendedor individual para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de computadores, notebooks e impressoras das secretarias municipais, abertura de envelopes 09/04/2018 às 09h00min, informações (38) 3622.4140, www.pedrasdemariadacruz.mg.gov.br ou licitacao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br. Wesley rabelo Durães – Pregoeiro oficial.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS EXTRATO DE EDITAL – Pregão Presencial nº 003/2018 – A Câmara Municipal de Rio Pardo de Minas-MG., torna público que fará realizar no dia 11 de abril de 2018, às 10:00 h., licitação na modalidade pregão presencial tipo menor preço por lote, sob a regência da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Objeto: Aquisição de Lanches, para manutenção dos serviços da Câmara Municipal. Maiores informações, bem como edital completo, junto a CPL da Câmara Municipal, com endereço à Rua Waldemir Patrício de Souza – 30 – Jaqueira – Rio Pardo de Minas - MG. Telefax (38) 3824-1184 e email: camarapm@bol.com.br. Rio Pardo de Minas, 22 de março de 2018. José Maria Costa – Pregoeiro.

A FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO, PANIFICAÇÃO, CONFEITARIAS E MASSAS ALIMENTÍCIAS DE MINAS GERAIS (FEDETIA-MG) CNPJ: 11.182.307/0001-77, neste ato representada por Osvaldo Teófilo - Presidente, AVISA às Empresas do Ramo Alimentício do Estado de Minas Gerais, pertencente a base de Federação, que em face das reuniões realizadas com a FIEMG, representante dos Sindicatos Patronais da Alimentação, NÃO HAVENDO A CELEBRAÇÃO CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO para o ano de 2018, devido a fatores alheio a nossa vontade por falta de uma proposta contudente com nossa pauta de reivindicações pela representante patronal. Informamos que a Convenção Coletiva de Trabalho anterior perdeu sua validade em 31/12/2017, e que pela Reforma Trabalhista, Lei 13.467/2017, o negociado somente terá prevalência sobre o legislado (Art.611-A) na vigência de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, ficando os Sindicatos liberados a fecharem seus ACT direto com as empresas. Belo Horizonte, 22 de Março de 2018 Osvaldo Teófilo Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG Secretária Municipal de Saúde. AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Presencial Pelo Sistema de Registro de Preços - Saúde nº 5/2018. Processo de Compra nº 388/2017. Tipo: Menor preço por item. Objeto: Aquisição de veículo passageiro tipo van em atendimento a proposta firmada com o Estado de Minas, convênio nº 1721/2014 e recurso recuperado referente à sinistro de veículos. Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 – Centro, no dia 6/4/2018 (sexta-feira) às 09h00. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - Situada na Avenida Olegário Maciel, 166 – Centro e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br. Paracatu, 22 de março de 2018. Jolison Souza Ferreira – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG Secretária Municipal de Meio Ambiente. Aviso de Licitação. Pregão Presencial nº 06/2018. Processo de Compra nº 426/2017 – Tipo: Menor Preço por Lote. Objeto: Contratação de Serviços de natureza continuada, de Capina e Varrição, Pintura de Meios-Fios e Limpeza de Bueiros (Boca de Lobos) em Logradouros Públicos. Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 – Centro, no dia 04-04-2018 às 09:00h. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - situada na Avenida Olegário Maciel, 166 – Centro e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br. Paracatu, 21 de Março de 2018. Diego Porfirio de Araújo - Pregoeiro.



HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI

(31) 3236-8001

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DE MINAS AVISO DE LICITAÇÃO: Processo nº. 013/2018, Tomada de Preço nº. 001/2018 Objeto: Contratação de empresa especializada em consultoria, assessoria e fornecimento de sistemas para Administração Pública. Data para entrega dos envelopes 23/04/2018 até às 09:00 hr. Abertura Prevista p/ 23/04/2018 às 09:10 horas. Informações: (035) 3334-2042, www.saaecarmodeminas.mg.gov.br ou licitacoes@saaecarmodeminas.mg.gov.br.

Aviso Resumido de Edital de Convocação - Serão realizadas eleições na Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte no dia 12 (doze) de dezembro de 2018, no período de 09:00 às 17:00 horas. À Assembleia Geral de que trata o inciso "I" do artigo 15 do estatuto da Entidade para compor a sua Diretoria e o seu Conselho Fiscal para o triênio 2019/2021 será instaurada na sede da Entidade no endereço à Av. João Pinheiro, nº 495, Bairro Boa Viagem, em Belo Horizonte/MG, às 09:00h, em primeira chamada e em segunda chamada 30 (trinta) minutos após, nos termos do §2º do art. 3º do Regimento Interno da Comissão Eleitoral 2018. Os associados Contribuintes e Colaboradores que estiverem quites com as obrigações financeiras perante a Entidade poderão votar na sede ou em urnas itinerantes. O registro da(s) chapá(s) para concorrer às eleições deverá ser apresentado na Secretaria da Comissão Eleitoral, no sexto andar da sede da Entidade, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste aviso resumido, no horário de 09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 18:00 horas. O modelo do requerimento do registro estará à disposição na Secretaria da Comissão. O edital de convocação das eleições encontra-se afixado na sede da Entidade e o Regimento Interno da Comissão Eleitoral 2018, disponível na Secretaria da Comissão Eleitoral e depositado no cartório competente. Outras informações sobre o processo eleitoral poderão ser obtidas junto à Secretaria da Comissão Eleitoral. Belo Horizonte, 23 de março de 2018. Bruno Selmi Dei Falci – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG Secretária Municipal de Saúde. Aviso de Licitação. Pregão Presencial SRP Saúde nº 08/2018. Processo de Compra nº 383/2017 – Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Registro de Preços para Fornecimento de Refeição Preparada (Marmite) e Lanches. Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 – Centro, no dia 12-04-2018 às 09:00h. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - situada na Avenida Olegário Maciel, 166 – Centro e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br. Paracatu, 22 de março de 2018. Maria Dilmá Luis Magalhães Castro - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG PUBLICAÇÃO PREGÃO Nº 011/2018 A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial para Contratação de ME/EPP para prestação de serviços de Equipe de Apoio especializada uniformizada para atender a Fase Municipal e Fase Microrregional dos Jogos Escolares – JEMG 2018 e a Seletiva Municipal dos Jogos. Data: 09/04/2018 às 14h:00min , na Av. Mário Rodrigues Pereira - 10 – Centro, em Conselheiro Lafaiete/MG. Os esclarecimentos pelo telefone (31) 3769-2533 no horário de 12:00 às 16:00 horas. O edital poderá ser retirado pelo site: www.conselheirolafaiete.mg.gov.br. Conselheiro Lafaiete, 22/03/2018 Rosângela Ramalho– Pregoeira da CPL

PREFEITURA DE VESPASIANO. PL 022/2018. PP 007/2018. ATA DE JULGAMENTO FINAL. A pregoeira julga vencedoras e habilitadas as empresas VMI LOCAÇÕES PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA e RADCO TEL EVENTOS E SERVIÇOS LTDA. A íntegra da publicação encontra-se disponível no site da Pref. no endereço eletrônico: www.vespasiano.mg.gov.br. Ana Fonseca. Pregoeira Oficial.

PL 32/2018 - PE 09/2018. Tendo em vista a divergência no lançamento dos itens no sistema, fica reaberto o prazo de ancoragem, sendo: Início de acolhimento de propostas dia 03/04/2018 até às 8h do dia 05/04/2018. Início da disputa dia 05/04/2018 às 9h. Carolina Valadares – Pregoeira Oficial.

PL 25/2018 - TP 01/2018 - EXTRATO DO CONTRATO 29/2018. DAS PARTES: Município de Vespasiano e E.P.L. Construções Eireli EPP. OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar serviços de contenção em gabião em diversos logradouros do município, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários. VLR: R\$ 266.425,68. VIG: até 22/09/2018. FDO: 461 (FR 100 e 124).

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG Aviso de RETIFICAÇÃO E NOVA DATA do Processo Licitatório nº 08/2018 - Pregão 04/2018. Menor Preço Por Item. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de máquinas pesadas e caminhões para execução de serviços de manutenção em estradas rurais do Município de Lavras. De acordo com a tabela vigente do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. Nova Data de apresentação de envelopes e julgamento: 08h30min do dia 09/04/2018. O Edital retificado encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefax: (35) 3694-4023. Rodrigo Moreti Pedroza – Gerente de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018 A Secretária Municipal de Administração, torna público que fará realizar no dia 09/04/2018 às 14:00 horas, TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018, cujo objeto é contratação de empresa do ramo, para a execução de Pátio Coberto, na Rua Botafogo, nº 57, no Bairro Novo Alvorada, incluindo fornecimento de mão de obra e materiais, em atendimento a Secretária Municipal de Obras e Secretária Municipal de Educação, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. O Edital na íntegra se encontra disponibilizado no site: www.sabara.mg.gov.br e no Protocolo, localizado na Rua Comendador Viana, nº 119, mediante o pagamento das cópias reproduzidas no valor de R\$ 18,74.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018 A Secretária Municipal de Administração, torna público que fará realizar no dia 10/04/2018 às 09:00 horas, TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018, cujo objeto é contratação de empresa do ramo, para execução de cobertura da Quadra de Esporte da Rua Mariana, s/n, no Bairro General Carneiro, incluindo fornecimento de mão de obra e materiais, em atendimento à Secretária Municipal de Obras, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. O Edital na íntegra se encontra disponibilizado no site: www.sabara.mg.gov.br e no Protocolo, localizado na Rua Comendador Viana, nº 119, mediante o pagamento das cópias reproduzidas no valor de R\$ 18,74. Sabará, 22 de Março de 2018 Hélio César Rodrigues de Resende SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA/MG PUBLICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO Nº. 000013/2018 - TOMADA DE PREÇOS Nº 000002/2018 O Município de Manga-MG torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 12/04/2018 às 09:00:00 horas, em sua sede a Praça Presidente Costa e Silva, nº. 1477, Centro, Manga-MG, licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço, para a Contratação de empresa especializada em engenharia civil para conclusão das obras da creche pro infância, tipo 1, padrão FNDE, com recursos oriundos do Termo de Compromisso nº. PAC2 7043/2013/FNDE, conforme especificações constantes do edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Departamento de Compras e Licitações, no referido endereço, no horário de 08: 30 às 11:30 horas, podendo também ser solicitado através do e-mail: licitacao@manga.mg.gov.br ou pelo telefone: 38-3615-2601, de segunda à sexta feira, sendo dia útil. Manga-MG, 21 de março de 2018. Edilson Silva Dutra-Presidente da Comissão de Licitação.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO, SEEB-BH E REGIÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ESPECÍFICA DOS EMPREGADOS DO BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A. O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte e Região, SEEB-BH e Região, inscrito no CNPJ sob o nº 17.218.165/0001-37, por sua presidenta e representante legal abaixo nominado, convoca todos os empregados do Banco Mercantil do Brasil S/A, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, para Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na sede do sindicato, situada na rua dos Tamoios, 611 – Centro – Belo Horizonte, no dia 27 de março de 2018, às 18h (dezoito) horas em primeira convocação, e às 18h30 (dezoito e trinta) horas em segunda, para discussão e deliberação acerca da proposta de Programa Próprio de Participação nos Lucros e Resultados do Banco Mercantil do Brasil S/A para o ano de 2018. Belo Horizonte, 23 de março de 2018. Eliana Brasil Campos - Presidenta do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte e Região.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 (NOVA DATA) O município de Pedro Leopoldo/MG, comunica que realizará no dia 09 de abril de 2018 às 13h 30min, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 013/2018, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E DE ENGENHARIA PARA AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SAÚDE; CULTURA, ESPORTE, LAZER, TURISMO E JUVENTUDE; MEIO AMBIENTE; SEGURANÇA PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO, CONFORME EDITAL E ANEXOS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES. O Edital e planilha estarão disponíveis a partir do dia 26 de março, e poderão ser adquiridos no horário 12h às 17h, à Rua Dr. Cristiano Otoni, 555 – Centro, no setor de licitação, ou através do site www.pedroleopoldo.mg.gov.br - Licitação - Portal do Cidadão. Obs: Os licitantes deverão ficar atentos a comunicados de esclarecimentos e se necessário, futuras alterações no edital, através do mesmo site. As propostas serão protocoladas às 13h e 30min na data da abertura dos envelopes, no endereço acima. Tel. de contato (31) 3660 5154 - PATRÍCIA DUARTE COSTA PEREIRA - PREGOEIRA.

AVISO DE EDITAL PREGÃO / REGISTRO DE PREÇOS 015/2018 O município de Pedro Leopoldo/MG, comunica que realizará no dia 06 de abril de 2018 às 13:30 hs, licitação na modalidade Pregão / Registro de Preços nº 015/2018, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL E DESCARTÁVEIS, CONFORME SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital poderá ser adquirido no horário 12h às 17h, à Rua Dr. Cristiano Otoni, 555 – Centro, na seção de licitação, ou através do site www.pedroleopoldo.mg.gov.br - Licitação - Portal do Cidadão. Obs: Os licitantes deverão ficar atentos a futuras alterações do edital (caso seja necessário), através do mesmo site. As propostas serão protocoladas às 13:30h na data da abertura dos envelopes, no endereço acima. Tel. de contato (31) 3660 5154 PATRÍCIA DUARTE COSTA PEREIRA - PREGOEIRA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 047/2017

Processo: 04.000.174.17.63
OBJETO: Constitui objeto deste Pregão o Registro de Preços, para aquisição de MEDICAMENTOS PADRONIZADOS, para atender demanda do Município de Belo Horizonte, por um período de 12 (Doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital.

- Início da recepção de propostas em 28/03/2018.
- Abertura das propostas dia 10/04/2018 às 09:00 horas.
- Abertura da sessão de lances dia 10/04/2018 a partir de 09:30 horas.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública por meio da INTERNET. Para participar da sessão de abertura do Pregão Eletrônico os interessados deverão providenciar o cadastro no Portal de Compras "Licitações Caixa", gratuitamente, para obtenção da senha de acesso. Para obter informações sobre o sistema "Pregão Eletrônico" poderá ser acessado o sítio: www.licitacoes.caixa.gov.br. Prazo para disputa será de 5 (Cinco) minutos para cada lote, acrescido de até 30 (Trinta) minutos, fixados aleatoriamente pelo sistema. O sistema emitirá, durante a disputa, aviso alertando para o encerramento iminente do Pregão. Para obter informações sobre o cadastro no SUCAF (Sistema Único de Cadastro de Fornecedores - Belo Horizonte/MG) poderá ser acessado o sítio: www.pbh.gov.br/sucaf ou ligar no telefone (31) 3277-4677. O Edital está disponível no sítio: www.pbh.gov.br, opção PORTAL DE SERVIÇOS > Licitações.

Qualquer informação ou orientação adicional poderá ser obtida na Gerência de Compras, à Avenida Afonso Pena, 2.336, 6º andar, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG ou pelo telefone (31) 3277-7735 e fax: (31) 3277-7781.

Gelcimar Dias Santana
Gerência de Compras

Jackson Machado Pinto
Secretário Municipal de Saúde